

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

LUCAS SCHENOVEBER DOS SANTOS JUNIOR

**ENTREMEIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E ESTUDOS DA TRADUÇÃO: uma
análise discursiva das traduções de manuais de *smartphone***

MARINGÁ
2016

LUCAS SCHENOVEBER DOS SANTOS JUNIOR

**ENTREMEIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E ESTUDOS DA TRADUÇÃO: uma
análise discursiva das traduções de manuais de *smartphone***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

MARINGÁ
2016

LUCAS SCHENOVEBER DOS SANTOS JUNIOR

ENTREMEIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E ESTUDOS DA TRADUÇÃO: uma análise discursiva das traduções de manuais de *smartphone*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (MESTRADO), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -

Profa. Dra. Luciane Thomé Schröder
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Profa. Dra. Vera Helena Gomes Wielewicki
Universidade Estadual de Maringá - UEM

DEDICATÓRIA

À Minha Família, gratidão por todo o apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus afetuosos e dedicados pais (Lucas e Anéli) por toda a compreensão e apoio em todos os momentos de estudos, principalmente, durante as viagens à Maringá.

Ao professor Dr. Pedro Navarro, pela acolhida, orientação e ajuda sincera, enfim, pelo excelente trabalho durante o desenvolvimento do trabalho.

Às professoras Vera Helena Gomes Wielewicki e Luciane Thomé Schröder, pelas contribuições e sugestões na produção deste trabalho.

A minha querida Tia Mel (Maria Amélia) pelas palavras de apoio e pelos momentos que passamos 'destilando sabedoria'.

Aos meus sinceros amigos grandes companheiros da vida, pela compreensão dos momentos de ausência. Em especial para minha querida Flávia Konowalenko, pelo ombro amigo, pelas palavras de carinho e por toda a sua ajuda.

A querida Simone Stival, pela acolhida e pelas sábias palavras de conforto, por me fazer compreender que tudo acontece por uma razão e no tempo certo.

A Deus pela vida e saúde, sobretudo, pela capacidade de aprender cada dia mais.

SANTOS JUNIOR, LUCAS S. ENTREMEIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO E ESTUDOS DA TRADUÇÃO: uma análise discursiva das traduções de manuais de *smartphone*. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

RESUMO

Esta dissertação busca estabelecer um possível diálogo entre a perspectiva discursiva de linguagem, a partir da Análise do Discurso Francesa, dos estudos foucaultianos, e dos Estudos da Tradução. A Análise do Discurso Francesa e Estudos da Tradução permitiram evidenciar as falhas que influenciam o ato tradutório enquanto produção de discurso. Considerando que a Análise do Discurso Francesa é uma disciplina atravessada por outras áreas e, de maneira semelhante a tradução também opera de forma interdisciplinar, pretendemos estabelecer pontos de contato em que ambas as teorias possam juntas, mostrar a reflexão em torno do problema da pesquisa. Partindo deste possível diálogo, objetiva-se estudar a tradução técnica sob a ótica da visão pós-moderna de tradução, ou seja, a tradução enquanto transformação. A aproximação entre condições de produção do discurso e a teoria do *Skopos* (REIS; VERMEER, 1989) ou propósito de tradução, permite compreender como e por que ocorrem as transformações no texto traduzido, bem como os efeitos de sentido que emergem das marcas tradutórias deixadas no texto. O material de análise desta prática discursiva é composto por manuais de *Smartphones* das fabricantes Apple e Samsung, respectivamente dois manuais em língua inglesa e suas traduções para o português do Brasil. O corpus é composto por recortes discursivos (RDs) dos manuais selecionados, e evidenciam o caráter transformador da tradução, bem como as relações de poder que se estabelecem no texto traduzido. Os Estudos da Tradução perpassados pelas contribuições da Análise do Discurso apontam para a reafirmação e validação do caráter complexo e transformador da tradução de textos técnicos.

Palavras-chave: Tradução, Análise do Discurso, Transformação.

SANTOS JUNIOR, LUCAS S. **DIALOGUE BETWEEN DISCOURSE ANALYSIS AND TRANSLATION STUDIES: a discursive analysis of translations of smartphone user guides**. 2016. 78 f. Master's Thesis (M.A), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

ABSTRACT

This Master's thesis aims at establishing a possible dialogue between the discursive perspective of language, French Discourse Analysis, the Foucauldian studies, and Translation Studies. French Discourse Analysis and Translation Studies allows highlighting the factors that influence the act of translation as speech production. Whereas the French Discourse Analysis is a discipline crossed by other areas similarly the translation also operates in an interdisciplinary way. We intend to show how both theories, each with its own particularities, can be complementary. From this possible dialogue, the objective is to study the technical translation from the perspective of post-modern vision of translation, or the translation as transformation. The joining between speech production conditions and the theory of *Skopos* (REIS, VERMEER, 1989) or purpose of translation, allows us to understand how and why occur the changes in the translated text as well as the effects of meaning that emerge from the translational marks left in the text. The material used in this practical discursive analysis consists of four Smartphones user guides made by Apple and Samsung manufacturers, with a two manuals in English and their translation into Portuguese of Brazil. The corpus consists of samples (RDs) extracted from the discourse of the translated manuals that show the transformative nature of translation as well as the power relations that are established in the translated text. The study of translation intertwined with the contributions of discourse analysis points to the reaffirmation and validation of complex and transformative character of translating technical texts.

Key Words: Translation, Discourse Analysis, Transformation.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso Francesa
RD – Recorte Discursivo
TP – Texto de Partida
TC – Texto de Chegada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marca como adjetivação do produto	48
Figura 2 – Configurações do <i>smartphone</i>	55
Figura 3 – Distinção entre can e may	64
Figura 4 – Smartphones mais desejados	70

SUMÁRIO

Introdução	9
CAPÍTULO 1	13
DISCUSSÃO TEÓRICA: PROPONDO UM POSSÍVEL DIÁLOGO.....	13
1.1 Análise do Discurso e Tradução	13
1.1.1 Língua, discurso e ideologia.....	16
1.1.2 Condições de produção do discurso e da tradução	22
1.1.3 Tradução e <i>Skopos</i> (Escopo).....	26
1.1.4 Relações de poder na tradução	29
1.2.1 Relações entre tradução de texto técnico-científico e terminologia	37
1.2.2 Marcas culturais nos textos técnicos.....	41
CAPÍTULO 2	45
Análise e discussão.....	45
2.1 Transformações da/na tradução de textos técnicos.....	46
2.2 Relações de Poder/Saber da/na tradução de textos técnicos	61
Considerações finais	72

INTRODUÇÃO

“É tradução literal?”, “Traduz pra mim, rapidinho!” São, eventualmente, ilustrações das ideias pré-concebidas relacionadas à tradução. Pensar o ato tradutório como uma ação mecânica e de transferência entre línguas é estar, ainda, preso a um modelo cristalizado e tradicional de tradução. No entanto, a realidade da atividade tradutória e os estudos da tradução estão bem mais à frente. A perspectiva pós-moderna ou contestadora faz da tradução um campo vasto para pesquisas e traz em seu bojo diferentes olhares e reflexões acerca da história, da cultura e da posição que o sujeito tradutor ocupa nesse processo repleto de ambivalências e hibridismos.

O texto de partida (a ser traduzido) encontra na figura do sujeito tradutor um leitor atento e dedicado, pronto para interpretá-lo, explorar suas entrelinhas e compreender seus possíveis sentidos. Esse sujeito tradutor, por sua vez, realiza a tarefa tradutória, a partir de “determinadas concepções e expectativas sobre a tradução¹” (HERMANS, 1996, p. 9), ou seja, ele atua na tradução influenciado pela cultura, pela ideologia e pelo contexto social em que se situa.

O texto traduzido torna-se, então, outro texto que comporta outros sentidos e está destinado a uma comunidade diferente daquela em que o texto de partida foi produzido. Esse outro texto nasce da árdua tarefa do sujeito tradutor em fazer escolhas lexicais, nesse caso, sofrer o chamado *double-bind* (DERRIDA, 1996), além de negociar sentidos e cumprir as determinações impostas pelo cliente da tradução.

O que se tem atualmente, em termos de estudos da tradução, são programas de pós-graduação (*lato* e *stricto* senso), nos quais a vertente mais estudada trata da tradução de textos literários. São exemplos os programas de estudos da tradução PGET – UFSC e o IEL – Unicamp, nos quais é possível identificar que as dissertações e teses que versam sobre tradução, em grande parte, filiam-se à tradução literária. No que diz respeito à tradução de materiais considerados não literários, mencionamos dois trabalhos bastante atuais. O primeiro, de autoria de Sabrina Sachet (UFSC – 2015), analisa a tradução de

¹ Tradução minha: “*certain conceptions of and expectations about translation*” (HERMANS, 1996, p. 9).

reportagem jornalística com foco nas marcas culturais presentes nos textos e no deslocamento do enfoque provocado pelas escolhas lexicais, tradução de títulos e de subtítulos. O segundo trabalho, de autoria de Laís Gonçalves Natalino (UFSC -2014), analisa a tradução de campanhas publicitárias com foco na recepção dos textos traduzidos e na influência dos ambientes culturais em que os textos circulam. Citamos também a pesquisa de Silvana Polchlopek e Michelle de Abreu Araújo (2009) que problematiza a percepção da tradução dita técnica, e mostra que essa área ainda é vista como rápida e fácil.

A motivação para estudar a tradução dita técnica surgiu da reflexão sobre os discursos socialmente compartilhados a respeito da tradução ser ou não “literal”, sobre a noção errônea que caracteriza a tradução de textos técnicos como um processo fácil, se comparado com a tradução do texto literário e que, por essa questão, não seriam necessários muitos estudos sobre a complexidade que envolve o ato tradutório, pois, supostamente, a tradução de textos técnicos não precisaria se ocupar do estudo de condicionantes culturais e de estilística, e, o papel do sujeito tradutor seria apenas transportar a informação.

Com o intuito de investigar a complexidade da tradução e do texto traduzido, este trabalho, fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos por autores vinculados a uma perspectiva discursiva da linguagem, incluindo estudos filiados à Análise do Discurso Francesa e aos pressupostos foucaultianos, analisa as traduções de manuais técnicos de telefones celulares. Trata-se de uma investigação amparada por duas disciplinas distintas, com especificidades bastante singulares, mas que permitem pontos de contato que são explorados na fundamentação teórica.

Aproximar os estudos da tradução de tais pressupostos teórico-metodológicos implica respeitar limites e justificar escolhas tanto teóricas quanto lexicais, mostrando que ambos os caminhos, sendo revisitados de forma conjunta, conseguem evidenciar que a tradução de textos técnicos é muito mais complexa do que se pensa. A tradução do texto técnico exige, como referenciado acima, que o contexto seja levado em consideração, entendemos, aqui, a contribuição das condições de produção estudadas pela Análise do Discurso Francesa. O texto técnico é traduzido não por um tradutor, mas sim

por um sujeito que ocupa o papel de tradutor, ou seja, vale-se da posição sujeito – tradutor, “aquela função que organiza as vozes e direciona a interpretação” (MITTMANN, 2003, p. 177). Observando as escolhas do sujeito tradutor, bem como sua resistência, trazemos a importância de se estudar as relações de poder que se estabelecem no texto, sendo assim necessário discutir algumas obras de Foucault, em especial *Microfísica do Poder* e *A Ordem do Discurso*.

De modo geral, o arcabouço teórico deste trabalho é constituído pelo diálogo proposto entre uma perspectiva discursiva de linguagem (Análise do Discurso Francesa e estudos foucaultianos) e os Estudos da Tradução. Na perspectiva pós-moderna de tradução, ou seja, a tradução como transformação do texto de partida, que admite a visibilidade do tradutor, citamos Hermans (1996) e Venuti (2002). As teorias da Análise do Discurso Francesa permitem problematizar a questão do sujeito e da constituição dos discursos, assim, na organização deste trabalho trazemos um conjunto de conceitos advindos do pensamento dos teóricos franceses Michel Pêcheux e Michel Foucault. O primeiro por discutir os conceitos fundantes em Análise do Discurso Francesa, tais como as condições de produção do discurso, a questão da ideologia e as formações discursivas. O segundo por discutir as relações de poder que se estabelecem no discurso, e são essenciais para a problematização feita neste trabalho acerca da tradução dos manuais técnicos de *smartphones*. Os trabalhos de Mariani (2003), Orlandi (2013) e Zandwais (2009) também fomentam as discussões. Amparamo-nos também no trabalho de Mittmann (2003), que discute a constituição do ato tradutório pautando-se nos conceitos da Análise do Discurso.

As análises conduzidas neste trabalho são compostas por recortes discursivos selecionados de textos técnicos traduzidos, especificamente manuais de *smartphones* das marcas Samsung e Apple, em suas versões para o português e para o inglês.

A tradução de textos técnicos perpassa diversos setores como a indústria, o turismo, a universidade, a educação etc., e requer tradutores cada vez mais atentos com as especificidades dessa modalidade de tradução. Tendo em vista a importância de divulgação e de produção de materiais sobre

a tradução técnica, esta pesquisa surge da necessidade de investimento em bibliografia para a área da tradução e para tradutores.

Partindo do pressuposto de que a tradução é afetada pelas suas condições de produção e que por esse motivo configura transformação, esta pesquisa objetiva analisar, a partir dos recortes discursivos selecionados, como isso se mostra no texto traduzido. Para atingir esse propósito, elencamos como objetivos específicos: a) investigar e compreender as transformações que ocorrem na tradução dos textos manuais de *smartphones*; b) analisar e discutir as relações de poder que se estabelecem no texto traduzido a partir das marcas lexicais deixadas pelo sujeito tradutor;

O trabalho constitui-se em: i) fundamentação teórica, apresentando a possibilidade de uso do diálogo entre os estudos da tradução em conjunto com o campo teórico enunciado anteriormente; ii) composição do *corpus* a partir da seleção de recortes discursivos dos quatro manuais técnicos de *smartphones*, seguidos de análise e discussão dos fatos de discurso.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: arcabouço teórico constituído por dois capítulos: o primeiro apresenta o possível diálogo entre as disciplinas Análise do Discurso Francesa e Tradução, enfatizando as áreas de interesse pertinentes a ambas, além de evidenciar as contribuições que a Análise do Discurso Francesa traz para os estudos da Tradução. Ainda neste capítulo, calcado nos estudos foucaultianos, discute-se como se estabelecem as relações de poder no texto da tradução. O segundo capítulo aborda aspectos ligados à tradução, à necessidade de uso da terminologia e aos aspectos culturais envolvidos na tradução de textos técnicos, especialmente os de cunho instrucional. A análise e discussão dos dados caracteriza o material escolhido para esta pesquisa (manuais de *smartphones*) e traz os recortes discursivos selecionados. Por último, as considerações finais apresentam os resultados obtidos com esta pesquisa e suas possíveis contribuições para os estudos da tradução.

CAPÍTULO I

DISCUSSÃO TEÓRICA: PROPONDO UM POSSÍVEL DIÁLOGO

1.1 Análise do Discurso e Tradução

O objetivo desta seção é estabelecer pontos de contato entre a Análise do Discurso Francesa e os Estudos da Tradução, sob a visão pós-moderna. Embora sejam áreas distintas, podem, ambas, a partir das suas especificidades, contribuir para os propósitos da pesquisa. A Análise do Discurso Francesa e os Estudos da Tradução compartilham da tarefa de analisar a relação entre a língua e a ideologia; a opacidade da língua e a leitura como espaço de produção de sentidos.

Análise do Discurso Francesa e os Estudos da Tradução se valem daquilo que não se ocupa o estruturalismo francês, que tem como objetivo a compreensão da estrutura do texto, desconsiderando reflexões sobre os aspectos externos ao texto. O ponto de convergência entre o estruturalismo, a Análise do Discurso Francesa e os Estudos da Tradução é o foco na linguagem. Considerada a ressalva feita, a base do estruturalismo está na concepção instrumental tradicional da linguagem, a qual Pêcheux buscou desconstruir mediante uma concepção original de discurso (HENRY, 1997). Sobre a crítica ao estruturalismo, Zandwais (2009, p. 21-22) afirma que:

Ao criticar a concepção estruturalista, presente na teoria saussureana, em que a língua é tomada, de forma abstrata, como convenção e como produto da história, o autor trata ao mesmo tempo das noções de base linguística e processo discursivo, buscando mostrar que língua e discurso têm materialidades distintas e, ao mesmo tempo, intercomplementares, de modo que, enquanto a base linguística seria tomada como materialidade necessária para a realização da ideologia, os processos discursivos remeteriam para os lugares nos quais as ideologias funcionam e produzem determinados efeitos a partir de seus modos de inscrição em determinadas ordens histórico-simbólicas, configurando o modo como as formações imaginárias funcionam nos processos discursivos [...].

Partindo da citação de Zandwais (2009) fazemos uma observação em relação ao estudo proposto neste trabalho, uma vez que os estudos da tradução ainda consideram a noção estruturalista de língua, pois, para muitos teóricos, a tradução considera apenas o conhecimento sistêmico das línguas dos textos de partida e de chegada. Já para a Análise do Discurso, sistematicidades linguísticas são condições materiais de realização do discurso, ou seja, “a língua é assim condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2013, p. 22). A Análise do Discurso se interessa pela interpretação, pela opacidade, pelos sentidos que são produzidos, assim, a necessidade de estabelecer a articulação entre o linguístico e o social indicou as relações entre a linguagem e a ideologia, ou seja, “o sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sígnica que reside o ideológico” (BRANDÃO, 2004, p. 9). Considerando que as ideologias se manifestam nas materialidades discursivas independente do modo como elas se realizam, entendemos que o manual técnico de *smartphones* são práticas discursivas que revelam em sua materialidade, ideologias, valores sociais e culturais, e, por esse motivo extrapolam os limites dos estudos da tradução de base estruturalista.

A Análise do Discurso se constitui como uma disciplina de entremeio, pois o discurso se configura como objeto teórico e como objeto empírico. A tradução, por ser considerada uma disciplina nômade, pode-se filiar à análise do discurso, assim, os textos envolvidos na tradução passam a ser vistos como materialidades discursivas, e o sujeito tradutor ganha visibilidade.

No que diz respeito à teoria da tradução, Steiner (2005) afirma que há quatro grupos sobre teoria, prática e história da tradução: o primeiro compreende que as “análises e pronunciamentos seminais brotam diretamente do pronunciamento do tradutor” (STEINER, 2005, p. 259), inicia-se em Cícero e finda em Hölderlin; o segundo é “marcado pela teoria e investigação hermenêutica (STEINER, 2005, p. 260), comporta Tytler, Schlegel, Humboldt, Benjamin entre outros; o terceiro é o da corrente moderna, da tradução automática, da teoria linguística e métodos estatísticos de tradução; o quarto caracteriza-se pelo “retorno à hermenêutica, a investigações quase

metafísicas sobre tradução e interpretação” (STEINER, 2005, p. 261), no qual os estudos sobre teoria e prática da tradução são associados à psicologia, antropologia, sociologia, estudos culturais, entre outros.

Mittmann (2003) chama a atenção para uma abordagem que, embora dicotômica, tem papel fundamental para entendermos a tradução, segundo as discussões teórico-filosóficas contemporâneas, quais sejam: a perspectiva tradicional e a perspectiva contestadora ou pós-moderna. A perspectiva tradicional dos estudos da tradução foca no texto e na língua, considerando a tradução como transferência, transposição ou ainda como reformulação: “[...] Como se o texto e a língua fossem baús capazes de guardar o sentido, a mensagem, o conteúdo, ou a informação” (MITTMANN, 2003, p. 23). Os representantes das teorias da perspectiva tradicional da tradução são Eugene Nida (tradução como um mecanismo de transferência), Erwin Theodor (tradução como transposição, decodificação e compreensão adequada) e Paulo Rónai (tradução como reformulação). Esses autores utilizam o princípio de codificação-decodificação-recodificação. As condições de produção não são questionadas, de forma que não haveria a mínima intervenção da subjetividade do tradutor (MITTMANN, 2003).

As referências às práticas de tradução acima, se aproximam da concepção estruturalista de leitura textual, especialmente por considerar o tradutor um “[...] instrumento de transporte, sem direito à voz, produtor do texto da tradução” (MITTMANN, 2003, p. 34). Assim, trata-se de uma orientação com base linguística, cuja visão de tradução não permite ir além da noção de literalidade, o tradutor deve “apagar-se” do texto traduzido, evitando, como se fosse possível, sua visibilidade no texto de chegada. O tradutor é, dessa forma, apenas um transportador de carga, ou seja, de sentido de uma língua para outra (VENUTI, 2002).

Essa perspectiva é criticada por outra abordagem, a chamada contestadora, a qual tem como arcabouço teórico a desconstrução de Jacques Derrida e/ou a filosofia crítica da tradução. Essa última, a perspectiva pós-moderna ou contestadora, reivindica uma posição ativa do sujeito tradutor no discurso, a posição de quem atribui e produz sentido, interpretações e transformações. O sujeito tradutor e a tradução, sob a perspectiva pós-

moderna, são influenciados por fatores externos ao texto, tanto pela visão de mundo quanto pela ideologia (MITTMANN, 2003). Além disso, tal perspectiva tem uma “orientação de base estética que enfatiza os valores culturais e políticos que embasam a prática e a pesquisa da tradução” (VENUTI, 2002, p. 22).

A aproximação entre a Análise do Discurso Francesa e os Estudos da Tradução diz respeito ao fato de que, para ambas, os processos de significação são imprescindíveis. A tradução opera não com um texto fechado, mas com um conjunto complexo de vozes que se fazem presentes naquele discurso a ser traduzido. Além disso, o processo de significação não se finda na escrita, pois o leitor também produzirá sentidos durante sua leitura. Nesse sentido, estudar o discurso posicionando-o no centro de suas condições de produção é essencial para a compreensão das transformações que ocorrem no ato tradutório. A seguir, apresentamos uma breve discussão dos pontos de contato supracitados.

1.1.1 Língua, discurso e ideologia

O discurso é o objeto de estudo da AD, logo, é preciso compreender sua distinção em relação à língua, que é o objeto de estudo da Linguística. O estudo linguístico volta-se para o funcionamento da língua e dos fenômenos que a envolvem. No entanto, o elemento discursivo não é considerado, pois, “o estudo do discurso aparece como um elemento anexo” dos estudos linguísticos (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 203).

Nesse sentido, a Análise do Discurso é caracterizada como uma disciplina de entremeio, segundo Orlandi (1996), porque desloca os conceitos de sujeito e de linguagem, mediante a noção de ideologia, a qual se encontra inserida nas noções de sujeito e de discurso. Os referenciais teóricos da AD indicam-na como uma disciplina constituída pela Linguística, pelo Materialismo Histórico e a Teoria do Discurso (PÊCHEUX, 1990), atravessada por um viés psicanalítico.

A língua é pressuposto para a análise do discurso, para a organização de uma análise da ordem do discurso (PÊCHEUX, 1990). Na noção de

discurso atuam três regiões de saberes, a psicanálise, a linguística e o marxismo, razão pela qual essa disciplina de entremeio se afasta do formalismo e do conteudismo. A AD considera as condições de produção em que o discurso se encontra, estabelecendo relação entre a língua e o mundo exterior. O discurso é “o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 17). Não há neutralidade no discurso, não há interpretação livre de interferências, pois o sentido produzido será de acordo com a posição que o sujeito ocupa na rede de jogos simbólicos em conjunto com a memória discursiva, ou seja, com o que já foi dito anteriormente, em outro lugar. Esse conceito será discutido na subseção Condições de Produção do Discurso e da Tradução.

Uma das contribuições da Análise do Discurso Francesa o discurso é um “efeito de sentido entre interlocutores”, assim, estuda-se a língua, considerando as condições de produção e os processos pelos quais se produz sentidos (PÊCHEUX, 1990).

O discurso é considerado como um objeto histórico-ideológico, fomentado pelas práticas sociais da linguagem, isto é, tem caráter linguístico e histórico, assim:

Pêcheux [...] estabelece o discurso como objeto de uma disciplina de entremeio, cujo objetivo maior é estabelecer uma reflexão sobre sujeito e sobre funcionamentos linguístico-históricos, visando a uma interpelação ideológica constitutiva da produção de sentidos nos sujeitos (MARIANI, 2003, p. 57).

Nessa perspectiva, não há sentido literal, pois as interpretações e os sentidos do discurso sempre estão associados às condições de produção (ORLANDI, 2013). Dessa forma, estudar o discurso pressupõe uma análise que ultrapasse o que foi dito, em dado contexto histórico, pois o analista do discurso deve considerar as relações que um discurso tem com o que foi dito anteriormente e, também, com o que não foi dito, buscando compreender a posição histórica e social dos sujeitos, bem como as formações discursivas as quais os sujeitos encontram-se filiados (PÊCHEUX, 1997).

A materialização da relação entre as práticas de linguagem, e o mundo é o discurso. A língua, enquanto sistema subtrai as ideologias, mas as

ideologias estão presentes nela, produzindo efeitos de sentidos diferentes. Há, portanto, uma relação de contradição entre língua e discurso. Sobre esse aspecto da discussão, Pêcheux (1997, p. 92-93) afirma que:

[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. [...] as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os processos discursivos.

Por meio desse excerto, é possível compreender que língua e discurso têm uma materialidade distinta, pois os sentidos de uma palavra podem ser modificados de acordo com a posição ou o lugar daqueles que a empregam. Logo, cabe à Análise do Discurso Francesa problematizar e desnaturalizar os sentidos, indicando a relação entre língua, história e o lugar de onde o sujeito obtém e produz seu discurso, o que, para tanto, implica considerar o papel ideológico. Ou seja,

[...] o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1997, p. 144).

A ideologia, para a análise do discurso, diz respeito às práticas e pode ser entendida como “[...] uma prática significativa. Necessidade de interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que signifique” (ORLANDI, 1996, p. 48).

O vínculo entre sentido e sujeito ocorre por meio da ideia de que ambos são efeitos ideológicos elementares, pois, conforme Zandwais (2009) indica em seu estudo sobre Pêcheux, que a relação entre ideologia, discurso e subjetividade recai sobre a:

[...] conversão do indivíduo em sujeito pela interpelação (captura) deste como sujeito de uma formação social, e que se reconhece como sujeito pelas práticas que o interpelam no interior das formações ideológicas, as quais se referendam

através de uma ou outra formação discursiva a que estão ligadas (ZANDWAIS, 2009, p. 25).

Em outras palavras, a ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos-falantes, ou seja, sujeitos discursivos mediante as formações discursivas as quais representam na linguagem as formações ideológicas. Assim, o sujeito é interpelado pela ideologia e no processo de interpelação, “[...] o sujeito é ‘capturado’ pelas determinações históricas que ‘o falam’ antes mesmo que ele fale de si mesmo” (ZANDWAIS, 2009, p. 30). A Análise do Discurso Francesa vale-se, então, de conceitos de formação social, formação ideológica e formação discursiva em seus procedimentos, ou seja, noções de ideologia, discurso e subjetividade (PÊCHEUX, 1990).

A respeito da formação ideológica, as reflexões de Pêcheux sobre este conceito se aproximam da noção althusseriana (ZANDWAIS, 2009). Para Althusser (1980), o funcionamento social ocorre por meio da necessidade de reproduzir as condições materiais de produção, sendo que o Estado é mantido pelos Aparelhos Ideológicos do Estado, ou seja, as instituições sociais (religiosa, familiar, escolar). As ideologias têm uma relação com a materialidade, uma vez que a constituição da ideologia acontece apenas em sujeitos concretos, sendo possível apenas pelo sujeito. A função da ideologia é interpelar indivíduos em sujeitos, pois “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do sujeito, portanto, para que aceite (livremente) a sujeição” (ALTHUSSER, 1980, p. 96).

Pêcheux (1990) afirma que toda formação discursiva tem dependência direta com as condições de produção e o objeto discursivo insere-se na materialidade histórica. Isso indica que o discurso possui em si uma materialidade simbólica e histórica inscrita na linguagem, expressando diferentes ideologias. Entende-se que “[...] a formação discursiva não somente está diretamente articulada à formação ideológica, às condições de produção, como também a um determinado tipo de subjetividade tomada da/na história” (ZANDWAIS, 2009, p. 30). Ainda sobre a formação discursiva, Brandão (2004, p. 63) afirma que: “O conceito de formação discursiva norteia a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito do seu discurso”.

Dessa forma, para Pêcheux (1990), a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos especifica que a história não tem uma linearidade homogênea e contínua nos processos de significação. A produção do discurso é determinada pelas condições de produção destes, ou seja, as relações entre sujeito, história e sentidos são compreendidas como um campo da prática concreta, o qual indica e determina como o real é representado e significado no discurso (ZANDWAIS, 2009).

No âmbito da tradução, a partir da proposta defendida neste estudo, Steiner (2005) considera que “traduzir é interpretar” e as expressões desse “interpretar” podem indicar a inscrição simbólica de elementos ideológicos. Considerando que a ideologia está presente na materialidade linguística, ou seja, nos sentidos do texto que emergem durante a interpretação e, ainda, na pluralidade de vozes presentes nos textos, e, olhando para a tradução de dentro da análise do discurso, tradutor e texto traduzido adquirem um novo *status*: o tradutor passa a ser uma posição-sujeito no discurso do texto traduzido, e a tradução, por sua vez, torna-se processo tradutório (MITTMANN, 2003).

A tradução tem um caráter de “meta-enunciado”, ou seja, um texto sobre o outro texto (LEFEVERE, 1985). Quando se trata de tradução, o aspecto ideológico ganha visibilidade no conteúdo do texto de partida, mediante os aspectos locutórios, ilocutórios e perlocutórios², efetivando o contexto de partida e o contexto de chegada. Ao considerar a tradução como “meta-enunciado”, como uma interpretação do texto de partida, compreende-se o valor ideológico de acordo com os atos discursivos que o tradutor lança mão para representar o texto de partida, pois “optar por a ou b, pode parecer, à primeira vista, uma escolha simples, mas por detrás desse gesto há, certamente, uma rede de relações não neutra. Um gesto, uma escolha, não é nunca um ato neutro. Há sempre uma assinatura” (BLUME; PETERLE, 2013, p. 9).

²A teoria do ato discursivo especifica os atos da fala em três: o ato locutório diz respeito ao ato de pronunciar uma mensagem compreensível ao interlocutor; o ato ilocutório que corresponde às condições comunicativas e intenções do locutor sobre as ações e reações do interlocutor; e o ato perlocutório concerne aos efeitos causados pelos enunciados do locutor ao interlocutor (AUSTIN, 1975).

Ao elaborar uma crítica à postura de “entre-lugar” do tradutor, no que diz respeito à ideologia, Tymoczko (2003, p. 118) afirma que:

Efeitos ideológicos irão definir em cada caso de tradução (mesmo em traduções do mesmo texto), devido às escolhas particulares do tradutor em todos esses vários níveis de representação do assunto, assim como nas representações dos efeitos locutórios, ilocutórios e perlocutórios do texto de partida e nos atos locutórios, ilocutórios e perlocutórios relevantes em seu próprio nome enquanto tradutor (a).

Assim, a ideologia localiza-se nas traduções, por meio da expressão, da postura do tradutor e da relevância para o público a que se destina o texto traduzido, ou seja, o “lugar” de enunciação do tradutor. Esse “lugar” pode ser compreendido tanto como a localização espaço-temporal quanto como as afiliações culturais, políticas e ideológicas de onde o tradutor fala.

Todavia, conforme adverte Tymoczko (2003), o tradutor não ocupa um “entre-lugar” ou “entre-espaço”³. A posição do tradutor, no que diz respeito à ideologia, é comprometida com as estruturas culturais que o cercam, tanto a sociedade fonte ou de chegada quanto a estrutura cultural interacional entre ambas, ou seja, “[...] a ideologia da tradução é um resultado da posição do tradutor, mas essa posição não é um entre-espaço” (TYMOCZKO, 2003, p. 144).

De acordo com a noção de leitura vista como produção de sentidos, é possível revogar ao tradutor um novo *status* no âmbito do processo tradutório. O tradutor não é um instrumento de transposição do sentido do texto de partida e “dono” de seu próprio discurso, mas “um *sujeito enunciador* interpelado por uma Formação Discursiva que, por sua vez, é aberta ao interdiscurso” (MITTMAN, 2003, p.103; itálico da autora).

Consideramos, então, que a leitura não é mero processo de decodificação, mas o espaço de produção de sentidos. A leitura, concebida como produção de sentidos, é o início do processo tradutório, pois o tradutor é, antes de tudo, leitor. Assim, o tradutor, ao ler o texto fonte, produzirá outros

³ Embora critique a noção de “entre-lugar”, a reflexão que Tymoczko (2003) faz sobre a relação entre a ideologia e o lugar do qual o tradutor fala nos interessa para a construção deste arcabouço teórico.

sentidos, mediante sua interpretação, assim o discurso se materializará em um outro texto – o texto traduzido.

[...] Uma tradução sempre comunica uma interpretação, em texto estrangeiro que é parcial e alterado, suplementado com características peculiares à língua de chegada, não mais inescrutavelmente estrangeiro, mas tornado compreensível num estilo claramente doméstico. As traduções em outras palavras, inevitavelmente realizam um trabalho de domesticação. Aquelas que funcionam melhor, as mais poderosas em recriar valores culturais e as mais responsáveis para responder por tal poder, geralmente engajam leitores graças às palavras domésticas que foram de certo modo desfamiliarizadas e se tornaram fascinantes devido a um embate revisório com o texto estrangeiro (VENUTI, 2002, p.17-18).

O leitor da tradução, portanto, também produzirá outros sentidos, ao realizar sua interpretação do texto traduzido. Enfim, conforme Mittmann (2003, p. 57), em seu estudo sobre as notas do tradutor, discute as imbricações entre texto e discurso, as quais fazem da tradução um processo impossível de ser tomado como algo isolado, pois é essencial considerar as condições de produção, os diversos textos que o tradutor recorre durante o ato tradutório (dicionários, outras traduções, outros textos fonte), os quais a referida autora denomina “materializações de outros discursos”.

1.1.2 Condições de produção do discurso e da tradução

Pêcheux (1990) determinou as primeiras noções sobre as condições de produção do discurso. O conceito de condições de produção inscreve “[...] a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis” (ZANDWAIS, 2009, p. 22). Pêcheux (1990) considera que o discurso está relacionado ao contexto sócio-histórico em que é produzido, e atribui ao contexto a denominação de condições de produção.

Segundo Orlandi (2013, p. 30), as condições de produção, em sentido estrito, compreendem “as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato”. Em sentido amplo, as condições de produção trazem os efeitos de sentido que emergem do âmbito social, com suas instituições. Essa noção

evidencia que, na base dos processos discursivos, há, além da materialidade simbólica, uma materialidade histórica advinda das relações sociais e institucionais, nas quais e a partir das quais os sujeitos formulam os dizeres.

Nessa perspectiva, a memória, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2007, p. 31), incide sobre o modo como o sentido é produzido em diferentes situações. Na tradução, por exemplo, o sujeito tradutor recorre a outros discursos (traduções, dicionários, etc.) para, então, produzir o texto da tradução. Esse movimento da memória recupera o que se sabe sobre o assunto. A esse respeito, Pêcheux (1990) afirma que pode haver dois tipos de esquecimentos, um da ordem da enunciação e outro considerado ideológico. O primeiro esquecimento é originado na ilusão do sujeito em ser a origem de seu discurso, pois na realidade “retomamos sentidos preexistentes” (ORLANDI, 2013, p. 35). Já o segundo esquecimento consiste na ilusão da realidade de pensamento, uma vez que nos leva a crer que “o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não com outras, que só pode ser assim” (ORLANDI, 2013, p. 35). Por ser inconscientemente afetado, o sujeito não tem poder sobre seu discurso, não tem real acesso às condições de produção de seu dizer, por isso, não pode ser considerado livre.

Ao produzir um discurso, as escolhas que o sujeito faz, bem como o lugar de onde fala, já estão determinados pela formação ideológica em que este se encontra. Pêcheux (1993, p. 77) afirma que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Em *Análise do Discurso*, não existe sujeito individual, mas sujeito sócio-histórico-ideológico, ou seja, o sujeito não controla totalmente o seu dizer, ele está sujeito às determinações da formação ideológica e discursiva em que está inserido, “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 38).

Ainda no entorno das condições de produção, é necessário considerar as relações de força e de sentido. Orlandi (2013) afirma que não há discurso que não se relacione com outros. Para a autora, os sentidos emergem das relações de sentido entre o discurso atual, discursos passados e futuros. Por relações de força, entende-se que “[...] o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2013, p. 39). No caso da tradução, o

sujeito fala de sua posição de tradutor, seu discurso significa em função da posição que ocupa.

Então, ao considerar os postulados da Análise do Discurso Francesa de que o sujeito parte do contexto histórico-social, pela FD em que está inserido e também pela posição que ocupa no discurso, um novo olhar é dado para a tradução. O sujeito é ideologicamente atravessado, suas escolhas são pré-determinadas, nesse sentido, é praticamente impossível levar em conta a 'neutralidade do tradutor' proposta pela perspectiva tradicional. Sabendo que o sujeito não é "dono" do seu dizer, e que este está exposto às condições de produção de sentidos, sejam elas em sentido restrito (contexto imediato) ou em sentido amplo (contexto social, histórico e ideológico), a noção de tradução livre ou literal é posta em dúvida quando analisada pela ótica da Análise do Discurso.

O que se pretende depreender desse breve estudo entre Análise do Discurso Francesa e Tradução é que a visão tradicional⁴ de tradução tem suas limitações em definir o que, de fato, ocorre durante a produção do texto traduzido, ou seja, o tradutor não é neutro, não está fora do processo de produção do texto traduzido. Já a visão pós-moderna ou contestadora chama atenção para a visibilidade do tradutor, essa visão considera que as escolhas do tradutor, sua posição e FD em que se insere são fatores determinantes na produção do texto traduzido. Com base nos conceitos da Análise do Discurso pecheutiana, entendemos que a tradução é vista como transformação, ou seja, o discurso da tradução pode ser entendido como outro discurso, pois as condições de produção deste discurso são diferentes das condições que cercaram a produção do texto de partida. É o que apregoa Venuti, ao afirmar que:

⁴ "A pressuposição principal nas abordagens de orientação linguística é que a língua é um instrumento de comunicação empregado por um indivíduo de acordo com um sistema de regras. A tradução é, portanto, teorizada com base no modelo conversacional griceano, no qual o tradutor comunica o texto estrangeiro cooperando com o leitor doméstico de acordo com quatro 'máximas': 'quantidade' de informação, 'qualidade' ou veracidade, 'relevância' ou consistência do contexto e 'modo' ou clareza. Grice, entretanto, admite que a língua é muito mais do que uma comunicação cooperativa, quando alega que as máximas são usualmente 'violadas' na conversação, 'exploradas' pelos interlocutores para abrir um substrato de 'implicatura', como a ironia" (VENUTI, 2002, p. 46).

[...] nenhum tradutor ou instituição que patrocina uma tradução pode ter a esperança de controlar ou mesmo ter consciência de todas as condições de sua produção. E nenhum agente de uma tradução pode ter a esperança de prever cada uma de suas consequências, os usos que venham a ser feitos dela, os interesses que venha a servir, os calores que venha a transmitir. Entretanto, são essas condições e consequências que oferecem as razões mais instigantes para a discriminação entre os interesses envolvidos no processo tradutório e na leitura de traduções (VENUTI, 2002, p. 14).

Ao aproximar a tradução da noção de condições de produção é possível compreender que não há possibilidade de se conceber uma tradução que seja livre ou mais literal, pois o tradutor é leitor e, justamente por isso, produtor de sentidos. Mesmo as traduções de documentos técnicos e científicos, comerciais, legais ou diplomáticos oferecem possibilidade de adequação quanto “às convenções do campo ou da disciplina ou do propósito prático que o documento deve servir” (VENUTI, 2002, p. 51).

Assim, o texto traduzido já nasce atravessado pelo contexto em que se encontra o tradutor, ou seja, os demais textos a que ele recorre e as condições de produção do discurso naquele determinado momento em que o processo tradutório aconteceu. Torna-se importante, então, considerar a exterioridade ao estudar a tradução na perspectiva assumida, “já que a tradução se dá a partir da interpretação pelo tradutor, o que ocorre em condições específicas e o texto da tradução, como produto, só pode ser analisado quando posto em relação ao processo que o produziu” (MITTMANN, 2003, p. 36).

Em resumo, o contexto histórico-social, os interlocutores e o lugar de onde falam fazem parte da constituição do processo de produção do discurso, ou seja, constituem as condições de produção do discurso. A tradução é atravessada pelas condições de produção do contexto em que é produzida, isso lhe garante *status* de ser outro texto, por sua vez, diferente do texto de partida. Na próxima seção, discutiremos alguns elementos que, do ponto de vista adotado na pesquisa, dão visibilidade às relações de força advindas do (s) cliente(s) da tradução, a chamada teoria do *Skopos*.

1.1.3 Tradução e *Skopos* (Escopo)

No decorrer deste trabalho estão sendo apresentados alguns pontos de contato entre a Análise do Discurso Francesa e os Estudos da Tradução, que são fundamentais para o estudo do texto traduzido. Considerando que o texto da tradução já nasce atravessado pelas condições de produção, pretendemos aqui discutir que, em termos de Estudo da Tradução, a vontade/necessidade do(s) cliente(s) da tradução também integra as condições de produção. Uma tradução não é encomendada ao acaso, ela serve para entreter, para atingir um novo público-alvo, para comunicar um produto ou serviço, entre outros objetivos. Os objetivos da tradução, para que ou a quem ela se presta, também determinarão as escolhas do tradutor e a construção do texto traduzido. Nesta seção, são apresentados alguns conceitos relacionados à teoria do *Skopos*.

A partir da premissa de que o tradutor deixou de ser visto como um simples transportador de sentidos entre línguas e passou a ser visto como transformador e recriador, ou seja, sujeito que participa ativamente da tradução e que é autor de seu texto traduzido, as marcas por ele deixadas no texto traduzido não são mais condenadas e passam a ser valorizadas, tidas como sinal da árdua tarefa que o tradutor tem em negociar sentidos entre as línguas e os diferentes contextos. Hermans (1996, p. 4) define estas marcas como “[...] tudo que temos, elas são tudo a que temos acesso deste lado da barreira linguística”⁵.

A tradução e o trabalho do tradutor são amplos, o ato tradutório é o cerne de outro discurso, que precisa retomar o que já foi dito tanto na língua de partida quanto na língua de chegada; os demais discursos que circulam estão materializados no texto traduzido. O tradutor, por sua vez, tem de “[...] resgatar, absolver, resolver” (DERRIDA, 2002, p. 47), ou seja, balancear essa equação linguística, de forma que o texto traduzido possa dar continuidade a um texto fonte, concedendo-lhe o que Derrida (2002) chama de sobrevida da obra original. Dessa necessidade de adequação decorre o chamado *double-bind* (DERRIDA, 2002), isto é, a angústia vivida pelo tradutor nos momentos

⁵Em inglês: “[...] they are all we have access to on this side of the language barrier” (HERMANS, 1996, p. 4, tradução minha).

em que precisa fazer escolhas, negociações entre línguas utilizando-se dos vários elementos que a língua de chegada oferece.

Nessa mesma perspectiva, a relação entre sentido e tradução filia-se à teoria do *Skopos and Commission*, de Vermeer e Reiss (1989). Segundo os autores, a direção tomada pela tradução concentra-se no processo tradutório e não no texto traduzido, que poderia aqui ser denominado como um produto do processo tradutório. A noção de *skopos* implica atribuir uma função específica ao texto traduzido, este deverá ser endereçado a um público específico. O *skopo* atribuído à tradução exigirá do tradutor intensa atenção em relação ao propósito estabelecido para a tradução, por esse motivo a teoria do *skopos* encerra que as imagens e tudo o que estiver envolvido com o texto traduzido também deverão ser adaptadas/traduzidas, evitando, assim, a ocorrência de omissões ao texto da tradução.

O ato tradutório, sob a ótica da teoria do *skopos*, condiciona a relação entre o tradutor e o texto de partida, o contexto em que o tradutor se encontra, os fatores que cercam o processo tradutório influenciarão a produção do texto traduzido. O tradutor precisará também considerar sua relação com o cliente da tradução, a *commission*, ou a encomenda da tradução também irá direcionar o texto traduzido, segundo Vermeer e Reiss (1989, p. 229, tradução nossa):

[...] a menos que seja indicada, será compreendido em nossa cultura que, por exemplo, a um artigo técnico sobre alguma descoberta astronômica será traduzida como um artigo técnico para astrônomos, e o atual lugar da publicação é tido como irrelevante⁶.

Dessa forma, há uma relação entre os fatores ligados ao propósito da tradução e as requisições do cliente da tradução que influenciarão na tomada de decisões e nas adequações que o tradutor precisa fazer durante o processo tradutório. Há também que se considerar o que não aparece na tradução, a ausência ou omissão, aquilo que de alguma forma encontra-se silenciado. O propósito da tradução não apenas dita o que pode e deve ser dito no texto

⁶Em inglês: “unless otherwise indicated, it will be assumed in our culture that for instance a technical article about some astronomical Discovery is to be translated as a technical article for astronomers, and the actual place of publication is regarded as irrelevant” (VERMEER; REISS, 1989, p. 229).

traduzido, mas também o que não deve ser dito. Esse jogo entre o dito e o não dito, em termos de tradução, ultrapassa os limites do texto para o âmbito do contexto mercadológico dos produtos de tecnologia (atentaremos aqui apenas para este contexto).

Assim, entende-se que o silêncio, conforme defende Orlandi (2007), é fundador e constitui os processos de significação. Ainda nas palavras da autora, “o silêncio é lugar de elaboração de outros sentidos, do movimento de sua identidade” (ORLANDI, 2007, p. 126). A emergência do silêncio é notada quando o dizer oculta o não dito, dessa forma, apagando sentidos possíveis e indesejáveis.

A competitividade, a necessidade de inovação e a oferta de produtos e acessórios variam de acordo o público que se objetiva conquistar, essa variação impacta diretamente o texto da tradução, por exemplo, tudo o que já foi dito sobre a oferta de tecnologia nos meios de comunicação no Brasil tem efeito sobre o que se diz a respeito do funcionamento dos aparelhos celulares. Em termos de memória (interdiscurso), sabe-se que os *smartphones* citados neste trabalho não são vendidos da mesma forma em todos os lugares do mundo: as notas de aviso, as advertências e as observações adicionadas ao texto da tradução produzem efeitos de sentido que independem da vontade do sujeito tradutor e acabam por evidenciar que os aparelhos celulares têm sua funcionalidade e alcance condicionados ao desenvolvimento tecnológico, aos aspectos culturais e sociais de cada país (AZENHA JÚNIOR, 1995).

De modo geral, a tradução torna-se transformação. Não se trata de pensar normas e padrões prescritos para uma boa tradução, mas se voltar para o movimento do ato tradutório, a relação que se estabelece entre as línguas e a tradução, concebida como suplemento de um texto dito “original” que pede para ser traduzido (DERRIDA, 2002), pois um texto só sobrevive se lido e/ou traduzido. Derrida (2002) postula que se o chamado original pede pelo suplemento, isto é, pela tradução, significa que o texto de chegada vem suprir a ‘falta’ já presente no texto de partida, criando, assim, uma interdependência entre o “original” e a tradução. O primeiro só existe em função do segundo, invertendo, com isto, a hierarquia estabelecida entre texto de partida e texto de chegada, desconstruindo, assim, a supremacia do

suposto original sobre a tradução. Nessa mesma linha de pensamento, o tradutor, agora não mais invisível, é visto como sujeito do ato tradutório e, assim como a tradução, altera-se e movimenta-se sempre.

1.1.4 Relações de poder na tradução

A relevância das traduções pode ser verificada mediante a ideia de que a tradução promove a divulgação e a circulação de textos. Por um lado, tem-se a materialidade do objeto traduzido por meio de sua publicação em livro, artigo ou manual; por outro lado, tem-se o aspecto simbólico do material traduzido que pode ser observado ao considerar o processo de tradução como um “complexo de escolhas e atitudes diante da forma e do conteúdo que se apresentam ao tradutor” (BLUME; PETERLE, 2013, p. 8).

Nesse sentido, as escolhas do sujeito tradutor exprimem a não neutralidade. Optar por uma expressão ou termo em detrimento de outra (o) são determinantes para que se atribua significados, ideias, indícios e assinaturas. A respeito do conceito de assinatura, Agamben (2008, p. 65-66) afirma que:

A teoria das assinaturas (dos enunciados) vem, a bem dizer, retificar a ideia abstrata e falaz que existem marcas por assim dizer puras e não assinaladas, que os *signans* significa o *signatum* de forma neutra, univocamente e uma vez por todas. A marca significa porque traz consigo uma assinatura, mas essa predetermina necessariamente a interpretação e distribui o uso e a eficácia segundo regras, práticas e preceitos que devem ser reconhecidos.

Logo, não há neutralidade nas escolhas, opções ou gestos, há sempre uma assinatura, uma marca.

Esses significados, essas ideias e assinaturas devem ser interpretados pelos leitores, compondo uma rede de relações não neutras, mas uma rede de relações de poder. Isso porque se compreende que “Ler é uma forma de poder, atribuir significados é também uma forma de poder, procurar meios para consolidar uma determinada leitura e não outra é, sem dúvida, um exercício de poder que pode se expressar em vários níveis do nosso cotidiano [...]”

(BRANDÃO, 2003, p. 11). Atribuir significados é uma expressão de poder, na medida em que há implicações sobre as escolhas feitas no processo tradutório.

Traduzir não é “dizer” a mesma coisa em outra língua, mas reconstruir o texto de partida, o “original”, atribuindo-lhe sentidos e deixando em aberto possíveis interpretações. Assim, o tradutor é pego por uma rede de poder que promove uma tensão sobre suas escolhas linguísticas, pois “A linguagem é um dos grandes dispositivos, ela tem a capacidade de controlar, moldar pensamentos e comportamentos por toda uma rede que está ao seu redor, da qual ela faz parte, mas também ajuda a moldar” (BLUME; PETERLE, 2013, p. 12).

Venuti (2002), em sua obra *Escândalos da Tradução*, apresenta as marcas do poder sobre os tradutores e as traduções. Tal obra indica tanto a tradução como dispositivo de dominação, injustiças e dependências, quanto o poder atribuído aos autores dos originais, que a lei de direitos autorais defende. Segundo Venuti (2002, p. 94), “[...] a princípio a lei de direitos autorais estabelece limitações estritas em relação ao controle do tradutor sobre o texto traduzido”. A subordinação dos direitos do tradutor aos direitos do autor, além de comprometer aspectos culturais da tradução, ainda, envolve a limitação sobre os lucros da tradução para o tradutor. Os projetos de tradução de obras protegidas pela lei de direitos autorais são organizados e dirigidos pelas editoras; os tradutores não possuem poder de negociação sobre tais traduções, sendo regidos por contratos rigorosos que oferecem uma distribuição desigual dos lucros ou apenas o pagamento de um valor fixado pela editora. Assim, tradutores e traduções são expostos ao campo do poder.

Embora Foucault⁷ não seja um teórico da teoria da tradução, faz-se necessário aludir ao filósofo quanto ao que diz respeito à noção de poder aqui suscitada, pois nas obras *A ordem do Discurso* e *Microfísica do Poder*, o autor expõe as amarras sociais, as quais são determinadas pelo saber e, conseqüentemente, pelo poder.

⁷ A obra foucaultiana pode ser compreendida em três fases: arqueológica, genealógica e ética, as quais correspondem a ser-saber; ser-poder; e ser-consigo. Tais fases são constituídas dos seguintes questionamentos: o que posso saber?; o que posso fazer?; e quem eu sou? (VEIGANETO, 2003).

Para Foucault (2004), o discurso funciona como um dispositivo que ordena a sociedade mediante os jogos de poder/saber. Ao tratar dos procedimentos de controle dos discursos, o referido filósofo discute a compartimentação, ou seja, regras e normatizações são impostas de forma que nem todos têm acesso ao discurso, pois certas exigências precisam ser satisfeitas “antes de se ter o direito e a condição de falar” (FOUCAULT, 2004, p. 03). Ainda em “A ordem do discurso”, ao tratar a apropriação social do discurso, Foucault (2004, p. 04) concebe que os sistemas de educação são “uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo”. Assim, entendemos que o poder existe em sua condição microfísica e se dissemina nos organismos sociais, por meio do discurso e do controle estratégico, por quem é detentor do conhecimento, conseqüentemente, do poder.

A produção do discurso é regulada, selecionada, organizada e distribuída nos entremeios da sociedade de modo a evidenciar alguns objetos de discussão e silenciar outros. O silenciamento ocorre por meio de procedimentos inseridos na produção do discurso, como a interdição, a separação e a rejeição. Nesses procedimentos, há a noção de verdade, a qual se utiliza para controle e regulação da sociedade. Ao exercer o poder por meio do discurso, a verdade pode ser distorcida, gerando conhecimentos distintos da ideia de verdade. A sociedade é disciplinada sem compreender onde está o poder ou quem é o detentor do poder⁸ (FOUCAULT, 2004).

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 2003, p. 75).

⁸ “O poder deve ser entendido como uma relação fluante, não está numa instituição e nem em ninguém, já o saber se encontra numa relação de formas e conteúdos. Assim, para estabelecer o poder é preciso força, ao passo que para estabelecer o saber bastaria apreender ou ensinar. Assim, do entrecruzamento de um e de outro, poder e saber, é que se dá a constituição do sujeito. A imposição de força sobre o corpo acaba por aferir a sujeição de utilidade econômica, atividades codificadas e aptidões formadas, e também a sujeição de obediência política, aceitação das regras e normas sem a capacidade de reflexão crítica” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p. 382).

Somos constantemente atravessados por inúmeros discursos, o da medicina, o da religião e o da família são exemplos dos mais evidentes e, talvez, com os quais estamos extremamente familiarizados. O que todos esses discursos, embora decorrentes de diferentes especificidades, têm em comum é que servem para apresentar aos indivíduos verdades autorizadas por aqueles que têm o reconhecimento para falar (médicos, religiosos, educadores, políticos, etc.). Todavia, isso não acontece de forma transparente ou neutra. Há, de fato, efeitos de poder postos em funcionamento. Foucault (1995, p. 240) afirma que:

Sem dúvida, comunicar é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém, a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequência efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas. Passando ou não por sistemas de comunicação, as relações de poder têm sua especificidade.

Essa questão também diz respeito ao texto traduzido, ora se tem por objetivo determinados efeitos de poder, ora esses efeitos são consequência das transformações pelas quais o texto da tradução passou, pois “Qualquer uso da língua é [...] um lugar de relações de poder, uma vez que a língua, em qualquer momento histórico, é uma conjuntura específica de uma forma maior denominando variações menores” (VENUTI, 2002, p. 24). Observa-se que o domínio da língua inglesa nas traduções, contudo, é uma via de mão única, pois é a língua para a qual menos se traduz, tendo em vista a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, a qual exerce, como consequência, o poder da hegemonia linguística sobre muitos outros países (VENUTI, 2002).

Sob o aspecto do poder, considera-se ainda o fato de que contratantes de traduções e editoras “[...] modelam os desenvolvimentos culturais em âmbito nacional e internacional” (VENUTI, 2002, p. 95). Isto porque ao visar o retorno de seus investimentos, os contratantes compram direitos de tradução de publicações que “[...] sejam facilmente assimiláveis aos valores culturais domésticos, às tendências e gostos correntes, focalizando mercados específicos, e assim evitando a perda potencial envolvida na criação de novos mercados” (VENUTI, 2002, p. 96).

Conforme exposto na seção anterior, a tradução nasce de uma necessidade, seja ela acadêmica ou mercadológica, que é imposta pelo cliente da tradução (*Skopos*). Porém, só existe tradução porque há um sujeito-tradutor capaz de realizar tal tarefa. Este sujeito-tradutor, é, por sua vez, socialmente legitimado por ser capaz de transitar entre dois universos linguísticos diferentes, duas culturas diferentes. O tradutor calca-se na iminência de um saber porque ele deve compreender, ao mesmo tempo, os contextos de partida e de chegada do objeto a ser traduzido. A necessidade de traduções que atendam as exigências do mercado corrente decorre do fato de que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o *status* daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (FOUCAULT, 2003, p. 12).

Foucault (2007), em *A Arqueologia do Saber*, explica que o *status* do sujeito, o lugar de que ele fala e a posição que ele ocupa são essenciais para descrever as modalidades enunciativas. O mesmo se aplica à tradução, pois, ao traduzir, o sujeito-tradutor o faz, do interior da comunidade interpretativa em que se encontra, com os olhos na outra parte da extremidade.

Segundo Fish (1992, p. 192), “a comunicação ocorre somente dentro de um tal sistema (ou contexto, ou situação, ou comunidade interpretativa) e que a compreensão conseguida por duas ou mais pessoas é específica a esse sistema e determinada unicamente dentro dos seus limites”. Ser parte de uma comunidade interpretativa é também condição de produção do discurso, pois o tradutor atua a partir do contexto em que está inserido e, na tentativa de adequar o texto traduzido à comunidade interpretativa ele é pego pelo esquecimento ideológico.

Para gozar do *status* de tradutor e ter o poder de traduzir, o sujeito-tradutor precisa comprovar formação na área, o que inclui formação acadêmica e conhecimento aprofundado de uma língua estrangeira. O lugar institucionalizado do tradutor é, geralmente, garantido por sua filiação a um sindicato de tradutores, órgão responsável por elencar as características que

o tradutor deve comprovar para ser legitimado como tradutor. Assim, a posição que o tradutor ocupa na sociedade é de profissional legitimado e autorizado a realizar as mudanças que julgar necessárias ao texto traduzido. Essa legitimação está intimamente ligada ao conceito de fidelidade a que nos referimos na introdução deste trabalho. A noção socialmente compartilhada é a de que a tradução é sempre fiel ao texto fonte, como se fosse exatamente o mesmo texto, sem transformações, sem alterações.

De modo geral, podemos dizer que o texto traduzido já nasce permeado pelas relações de poder, elas se estabelecem entre o cliente da tradução e o tradutor, entre o texto traduzido e os diversos discursos, os quais o tradutor recorre no momento da tradução, entre o texto de partida e o texto traduzido. Blume e Peterle (2013, p. 13) afirmam que:

[...] uma tradução é um resultado de um intenso e imbricado processo de interação e troca, negociação, é uma reescrita. Como toda reescrita, percorre um caminho marcado por aspectos culturais e ideológicos, que podem ser, de alguma forma, identificados e recuperados no 'produto' final por meio de inúmeros traços, vestígios e rastros que permanecem na página.

Dessa forma, traduzir é um processo, e neste há um conjunto de tensões, inter-relações, negociações que geram uma série de implicações no texto de partida e de chegada. A tradução requer a todo instante um jogo de equilíbrio, de negociação entre línguas, assim, esse jogo não se fixa apenas no espaço intra/interlingual, mas extrapola os limites do texto e tem sua continuidade nas relações sociais de poder.

A tradução em sua essência pressupõe a existência de resistências. O traduzir ou não traduzir as diferentes possibilidades de interpretação do texto de partida e a própria necessidade de tradução representam algumas das resistências envolvidas no processo tradutório. Recorremos a Derrida (2002) que, ao explicar o mito da Torre de Babel, retrata a tradução como necessária e impossível, ou seja, a tradução representa uma resistência a si própria, pois é impossível que uma tradução seja representação fiel do texto original, uma vez que ela é transformação. A tradução produz tanto o visível quanto o invisível, de modo que a visibilidade ou a traduzibilidade provoca a sua própria

invisibilidade ou resistência à tradução. Nas palavras de Ottoni, “haverá num texto sempre um segredo inalisável, necessário para que se possa traduzir e se possa ler. Ao traduzir, produzo um outro segredo que a língua impõe para que o texto possa existir e resistir” (OTTONI, 2005, p. 102).

Considerando que o processo tradutório é perpassado pelas relações de poder, e que no interior do texto traduzido são estabelecidas relações de poder, há necessidade de se considerar também as resistências, pois, segundo Foucault, não existe poder sem resistência. Em *Microfísica do Poder* é possível compreender que para Foucault não há exterioridade entre as relações de poder e a resistência, se existe poder, existe também resistência e possibilidade de luta, assim a resistência:

não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea [...] Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão imóvel, tão produtiva quanto ele (FOUCAULT, 2003, p. 360).

Para Foucault as diversas formas de resistência podem ser agrupadas em tipos de luta, sendo eles: a) contra as formas de dominação, b) contra as formas de exploração, c) contra as formas de sujeição.

A luta contra as formas de sujeição é a que mais nos interessa neste momento, uma vez que a resistência caracteriza-se pela luta que produz novas formas de subjetividade através da negação das individualidades historicamente impostas. Para Foucault (1995, p. 235), “a ideia não é descobrirmos quem somos, mas recusar quem somos e transformarmo-nos”. Trata-se de lutar contra a sujeição que busca individualizar segundo as exigências do poder e a sujeição que busca associar o indivíduo a uma identidade conhecida. É possível, então, conceber que a luta pela subjetividade é na verdade “o direito à diferença e o direito à variação, à metamorfose” (DELEUZE, 1998, p. 113).

O conceito de resistência, para Foucault (2003), está diretamente ligado à produção de formas de subjetividade, assim: “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2003, p. 360).

Na tradução, o tradutor é marcado pelas escolhas lexicais e marcas tradutórias, que vão imprimindo ao texto uma espécie de assinatura. É a forma que o sujeito tradutor, na sua inscrição, tem de manifestar sua resistência frente às relações de poder estabelecidas entre ele próprio e o cliente da tradução.

1.2 Tradução de Textos Técnicos

Primeiramente há necessidade de explicar que a tradução de textos técnicos não a torna tradução técnica. Costumeiramente, o termo tradução técnica é equivocadamente utilizado para tratar de tradução de textos que não são literários. A tradução de textos técnicos é geralmente descrita como a tradução de textos específicos das áreas técnica, científica, comercial, jornalística, jurídica e diplomática, e ainda, médica (POLCHLOPEK; AIO, 2010). No entanto, segundo explica Barbosa (2005, p. 10), o termo “técnica” foi retirado da rubrica “tradução técnica” pelo Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA).

Conforme apresentado no início deste trabalho, a tradução é uma disciplina que pode filiar-se a tantas outras. Sendo assim, torna-se inviável criar nomenclaturas para designar cada tipo de tradução. O processo tradutório é uma prática que busca se adequar às especificidades do texto. Além disso, ao contrário do que se costuma afirmar, raramente os tradutores trabalham apenas com obras literárias, já que as principais demandas estão na indústria, na medicina, na odontologia e nas editoras de materiais didáticos.

A modalidade de tradução de textos técnicos apresenta, assim como a tradução de textos literários, questões que envolvem a linguagem, o processo tradutório, as equivalências textuais, as transposições do tradutor que podem influenciar as interpretações dos receptores da tradução. Por um lado, o tradutor do texto técnico caminha sobre o uso de léxico específico, a rigidez terminológica e sintática, por outro, precisa ser sensível para dispor de uma linguagem acessível aos leitores, considerando as diferenças culturais existentes entre o contexto de partida e o contexto de chegada de tais textos (AUBERT, 2001a). Nesse sentido, a próxima seção tem como objetivo

apresentar algumas reflexões sobre a tradução de textos técnicos e científicos, especificamente no que diz respeito à terminologia e aos aspectos culturais.

1.2.1 Relações entre tradução de texto técnico-científico e terminologia

Uma das concepções mais comuns sobre a tradução de textos da área técnico-científica é a presença de terminologias específicas de cada área. O conceito de terminologia pode ser definido como “[...] um conjunto de termos característicos de determinada área ou subárea” (AUBERT, 2001b, p. 24). Mas também pode significar o estudo das terminologias específicas de uma área, “[...] o conjunto de pressupostos, métodos e representações que permitem a descrição das linguagens ditas ‘de especialidade’” (AUBERT, 2001b, p. 25). A primeira aceção discorre sobre o vocabulário ou a linguagem de especialidade, terminologia-objeto, enquanto a segunda refere-se à terminologia como instrumento.

As linguagens de especialidade constituem-se por termos e por expressões que especialistas utilizam para designar ou nomear conceitos e noções específicas da atividade, genericamente são um “[...] conjunto de marcas lexicais, sintáticas, estilísticas e discursivas que tipificam o uso de um código linguístico qualquer em ambiente de interação social centrado em uma determinada atividade humana” (AUBERT, 2001b, p. 25). Assim, um dos componentes essenciais do estudo da terminologia, instrumento, é o léxico.

A terminologia e a lexicografia são disciplinas que se aproximam entre si, devido ao seu objeto: as palavras. Entretanto, cada uma tem suas especificidades e características próprias que as individualizam. Aubert (2001b, 26) afirma que as palavras, para a lexicografia, são um “[...] conjunto de unidades de que uma determinada comunidade dispõe para se comunicar por intermédio da língua”, enquanto que, para a terminologia, trata-se de “[...] um conjunto delimitado por uma situação concreta de utilização”.

Nesse sentido, a relação entre a tradução de textos da área técnico-científica e a terminologia possui duas direções, uma positiva, expressa pelos

tradutores, da terminologia à tradução, e outra negativa, mais geral, da tradução à terminologia (AUBERT, 2001a, p. 42):

[...] Esta relação também se caracteriza, na percepção de seus respectivos praticantes, como positiva na direção da terminologia à tradução e, no geral, como negativa na direção tradução à terminologia. Na direção positiva, a terminologia e a terminografia são vistas como ferramentas essenciais, provedoras que são de informações para o exercício da atividade tradutória nos domínios científico e técnico (este, no sentido lato do termo, e não apenas na acepção de 'tecnológico').

A atividade tradutória, nos domínios técnico e científico, é facilitada pela produção de materiais terminológicos, tanto para consulta do sentido do termo na língua-fonte quanto para conferir os materiais bilíngues e monolíngues da língua-alvo. Polchlopek e Aio (2009, p. 106) afirmam que “[...] a consulta a bancos terminológicos deve ser uma atividade paralela àquela da tarefa de tradução, seja o tradutor especialista ou não numa determinada área”. Essa descrição da atividade tradutória considerada ideal e modelar não se concretiza efetivamente em todos os processos tradutórios, devido à ausência ou à indisponibilidade de materiais terminográficos, que impedem aos tradutores a verificação e a validação dos termos traduzidos⁹.

Todavia, Aubert (2001a) indica que a necessidade de materiais terminográficos é um campo em expansão no Brasil, devido ao intenso intercâmbio comercial, industrial, científico e tecnológico, e ainda, turístico e cultural com outros países. Uma das características desse intercâmbio é a bidirecionalidade, ou seja, o tráfego de produtos e de conhecimentos é tanto exportado quanto importado. Assim, os textos de apoio e os materiais terminográficos e terminológicos bilíngues também tendem a circular com maior intensidade, permitindo que a atividade tradutória alcance níveis satisfatórios ou ideais.

Logo, a relação terminologia → tradução é observada como positiva, pois possibilita a produção de instrumentos e de ferramentas auxiliares para a

⁹Para compreender os processos e uma metodologia de trabalho em tradução voltada para a terminologia ver Aubert (2001b).

consulta, a pesquisa, a conferência, a verificação e a validação dos atos tradutórios, enquanto a relação oposta entre tradução → terminologia é observada por Aubert (2001a, p. 44) como negativa. Isso porque as traduções e os tradutores originam “improvisações neológicas”, “sinonímias e parassinonímias” descontroladamente, e ainda, contribuem para arraigar “[...] discrepâncias entre os dialetos institucionais para não dizer na cristalização de formas lexicais, morfossintáticas e mesmo textuais decalcadas na estrutura da língua-fonte e, portanto, idiomáticamente insatisfatórias”.

As improvisações neológicas e o descontrole de sinonímias e parassinonímias, as quais se refere Aubert (2001a), são resultados de traduções de técnicos da área ou prestadores de serviços contratados por organizações de áreas específicas e disseminados em materiais de apoio. Estas geram na estrutura discursiva uma confusão desnecessária na língua-alvo, comumente encontradas nas terminologias da informática, da medicina, ou ainda, nas terminologias jurídicas e financeiras.

A terminologia sistematizadora, normativa, padronizadora fundamentada na epistemologia das ciências tende a supor e a manter o “[...] vocabulário das linguagens de especialidade como constituinte semiautônomo, relativamente pouco infenso às variações do discurso” (AUBERT, 2001a, p. 45). A ausência de equivalentes exatos e a presença dos “falsos-amigos”, muitas vezes, só podem ser traduzidos por meio de longos enunciados ou notas explicativas. Nesse sentido, a tradução de textos técnico-científicos requer aos tradutores considerarem as dimensões discursivas e culturais existentes nas línguas de especialidade. Assim, é pertinente “[...] designar, na língua meta, uma especificidade conceptual e cultural da língua-fonte, mediante soluções explícita ou implicitamente parafrásticas” (AUBERT, 2001a, p. 47).

Outro fator que deve ser considerado nas traduções de textos técnicos e científicos é a multiplicidade de variáveis existentes, tais como a tipologia textual, o perfil do público-alvo ou dos destinatários pretendidos, os suportes materiais. O perfil do público leitor, por exemplo, pode desencadear outra série de considerações, como o grau motivacional dos participantes, o nível socioeconômico, cultural e o nível educacional. Isso desmitifica a ilusão de

uma biunivocidade¹⁰ situacional, interlingual ou intralingual que possa existir na discussão sobre tradução e terminologia, evidenciando deslocamentos e designando, na língua-alvo, a especificidade cultural da língua-fonte (AUBERT, 2001a).

[...] o papel da terminologia e do fazer terminológico, em vista das necessidades específicas da tradução dentro do universo das linguagens de especialidade, necessitam, para sua consecução, não apenas dos fundamentos da lexicologia/lexicografia, nem de uma prática derivada da lexicologia; a tradutologia, a análise do discurso e, em medida não desprezível, a antropologia ou, mais genericamente, o estudo comparado das culturas, constituem matrizes teóricas e praxiológicas igualmente relevantes (AUBERT, 2001a, p. 52).

Assim, os estudos em terminologia podem seguir para além da elaboração de recursos lexicográficos, o que resulta em uma concepção mais ampla da terminologia, que considera a equivalência em relação ao conteúdo textual e adequado quanto à expressividade comunicativa. As variações e os condicionantes culturais, aos quais estão expostos a língua e os textos, devem também ser considerados com especial cuidado no ato tradutório. Azenha Júnior (1999, p. 10) afirma que a terminologia “ [...] é dinâmica e admite uma margem de subjetividade no tratamento de seu objeto”. Isso nos permite afirmar que a relação entre a tradução de textos técnicos e a terminologia possui aspectos de ordem cultural.

A questão da terminologia é de extrema importância para a análise do *corpus* desta pesquisa com manuais de *smartphones*, pois há necessidade de se conhecer e usar a terminologia correta para explicar o funcionamento dos aparelhos. Os termos utilizados nos textos, muitas vezes, não são traduzidos, pois designam uma função e/ou tiveram seu uso naturalizado na língua portuguesa, é o caso do próprio termo *smartphone* que não recebeu tradução, pois designa uma nova categoria de telefones celulares que facilita a comunicação, pois tem conexão com a internet, além de reunir em um único

¹⁰ Sobre a questão da biunivocidade, Azenha Júnior (1997) afirma que a biunivocidade entre o termo e a definição não existe, pois um termo pode ser definido de formas diversas em contextos especializados diferentes.

aparelho funcionalidades de outros diversos (câmera, iPod, calculadora, bloco de anotações, cartão de crédito etc.)

1.2.2 Marcas culturais nos textos técnicos

As possibilidades de interpretação e recriação em tradução de textos técnicos são menores, especialmente, em casos de tradução de manuais de operação ou bulas de medicamentos, pois tendem a seguir o texto de partida (TP). Por outro lado, os textos técnicos possuem uma função comunicativa, que permite ao tradutor expressar-se para além do domínio terminológico de especialidade. A linguagem utilizada, as equivalências textuais, as metáforas apresentadas são preocupações e responsabilidades dos tradutores na atividade tradutória. Outra questão que constitui a prática tradutória é a preocupação do tradutor sobre as diferenças culturais entre quem emite e quem recebe o texto técnico, ou seja, o tradutor deve estar atento às marcas culturais presentes no TP.

Compreender e identificar os marcadores culturais, assim como definir o conceito de “marcadores culturais” apresenta algumas dificuldades, conforme aponta Aubert (2006, p. 24):

Com efeito, identificação das marcas culturais não constitui uma operação simples e a própria conceituação do que vem a ser uma marca cultural expressa em determinado texto ou ato de enunciação é questão de controvérsia. O risco decorrente dessas imprecisões é atribuir a ‘questões de ordem cultural’ tudo aquilo que não encontra explicação suficientemente convincente no quadro da descrição linguística contrastiva senso estrito.

Contudo, ao compreender que a língua e a linguagem são expressões culturais de grupos ou de comunidades sociais, admite-se que há na língua marcas culturais específicas e distintas de uma língua para outra. Assim, os marcadores culturais podem ser considerados elementos que expressam sentidos específicos na cultura do TP. Aubert (2006) enfatiza que os marcadores culturais podem ser identificados no texto de partida por meio da gramática, do discurso ou do referencial.

No que diz respeito à gramática, Aubert (2006, p. 24) aponta que as marcas culturais podem ser expressas por meio das “[...] diferenças interlinguais na marcação de gênero, número, grau e definido/indefinido, a expressão de tempo e aspecto (vinculada mais ou menos estreitamente à conjugação verbal), as formas de tratamento, as preposições marcadoras da espacialidade”. Os aspectos gramaticais influenciam profundamente o ato tradutório, uma vez que a gramática das línguas é diferente, e, dependendo do sujeito tradutor, pode haver uma tentativa maior ou menor de aproximação entre o uso de estruturas gramaticais semelhantes. Quando isso ocorre, é possível notar que o texto traduzido permitirá sentidos diferentes do texto de partida, sentidos que escapam ao sujeito tradutor, que não tem poder sobre eles. A respeito dos manuais estudados neste trabalho, analisaremos no capítulo seguinte a questão do uso de expressões não imperativas para um texto que do ponto de vista linguístico é da tipologia injuntiva, buscaremos mostrar como se dão os efeitos de sentido em cada uma das línguas (inglês – português).

Sobre os marcadores culturais na dimensão discursiva, Aubert (2006, p. 24) afirma que “[...] No plano discursivo, podem ser observadas marcas desta natureza particularizadora nas intertextualidades que fazem sentido em determinado complexo língua/cultura, mas fazem outro sentido (ou sentido algum) em outros complexos língua/cultura”. Os sentidos do texto traduzido não podem ser controlados/previstos, o sujeito tradutor não tem controle sobre eles. Aquilo que funciona como intertextualidade e produz sentido na língua de partida, pode não ter o mesmo efeito na língua de chegada, isso porque os efeitos de sentido estão diretamente ligados à memória discursiva da comunidade interpretativa em que o texto traduzido irá circular.

A dimensão referencial das línguas é descrita por Aubert (2006, p. 24-25) como “[...] remetendo aos universos ecológico (flora, fauna, topografia, hidrografia, etc.), da cultura material (objetos e espaços criados pelo homem), da cultura social (relações sociais de toda ordem) e da cultura religiosa (nos termos de Nida, 1945), ou talvez mais precisamente, ideológica (referências a sistemas de crenças)”. Entendemos, neste trabalho, que a dimensão

referencial nos manuais em estudo aponta para as formações discursivas a que o sujeito tradutor e, conseqüentemente, o texto traduzido se filiam.

Identificar tais marcadores depende de duas operações no processo tradutório: uma terminológico-linguística (tradução senso estrito) e outra cultural (antropológica), as quais devem se aproximar e se transformarem em auxiliares uma da outra no cotejo do TP e texto de chegada (TC), objetivando a compreensão dos atos de enunciação, de fala e de produção verbal, ou seja, efetivar a comunicação discursiva. Com efeito, os marcadores culturais são revelados aos tradutores por meio de confrontos de diferenciação, então, faz-se necessário considerar os termos e os contextos, os quais indicam parcialmente o significado ou a expressão significativa (AUBERT, 2006).

Além disso, é relevante lembrar que o conhecimento da língua e, por corolário, da cultura estrangeira é imprescindível para que o tradutor apreenda as marcas culturais do texto fonte e as redimensione na cultura alvo. A linguagem dos textos técnicos deve ser considerada sob a perspectiva linguístico-estrutural e funcional-comunicativa, bem como exposta às variações culturais. Questões ideológicas e estratégias de persuasão também dizem respeito à tradução de textos técnicos, especialmente quando se trata de textos publicitários ou quando se propõe um público alvo.

Estes dois últimos tópicos são essenciais ao estudo realizado neste trabalho, pois a ideologia e as estratégias de persuasão são partes constituintes dos manuais técnicos. Conforme visto em seções anteriores, a tradução dos manuais é feita por um sujeito tradutor, ou seja, ele já foi ideologicamente interpelado e acredita ter poder sobre suas escolhas lexicais. Além disso, ele traduz um texto que será apresentado a uma nova comunidade interpretativa, ou seja, o texto traduzido é um discurso produzido mediante condições de produção diferentes, então “mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração semântica”, (BRANDÃO, 2004, p. 96).

Partindo do pressuposto de que se as condições de produção mudam, a significação também muda, é possível compreender que o ato tradutório comporta muito mais que apenas a questão dos marcadores culturais, pois o

texto traduzido, aqui entendido como discurso, comporta outros sentidos que são diferentes dos sentidos produzidos pelo texto de partida.

Nesse sentido, o tradutor não deve ser considerado apenas um mediador entre línguas, mas um especialista em aspectos interculturais, responsável por administrar ativamente diversas variáveis entre o TP e o TC. A função comunicativa de traduções de textos técnicos deve relacionar-se com o público-alvo e seguir as unidades terminológicas do TP (AZENHA JÚNIOR, 1999). No entanto, o texto traduzido precisa ser visto como uma prática discursiva, e por esse motivo ele traz em sua materialidade ideologias, aspectos culturais e sociais, ele pode até comunicar, porém não há domínio sobre os sentidos que serão produzidos, pois no processo de tradução, na mudança de condições de produção sempre haverá algo que interdiscursivamente fala antes e sobredetermina o que se diz.

Dessa forma, o texto técnico deve ser compreendido como uma estrutura multidimensional disposta historicamente e composta por diversos planos inter-relacionados, portadores de sentido e relevantes ao tradutor. Ao tradutor é imprescindível definir uma estratégia de trabalho que lhe permita transitar entre os dois discursos com os quais trabalha durante o ato tradutório, levando em consideração o *skopos*, a comunidade interpretativa, ou seja, as condições de produção do discurso da tradução.

CAPÍTULO 2

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O material de análise do presente trabalho é composto por quatro manuais técnicos de *smartphones*, sendo dois manuais em língua inglesa e suas respectivas traduções para o português do Brasil¹¹. Conforme já explicitado no início deste trabalho, nosso interesse reside no estudo de traduções de textos técnicos a fim de desmistificar que a grande ocupação dessa modalidade de tradução restringe-se apenas à terminologia. Buscaremos, a partir dos recortes discursivos (doravante RDs) de manuais de telefones celulares da geração *smartphone*, problematizar as transformações que ocorrem no texto traduzido e as relações de poder que se estabelecem no texto da tradução.

Visando a um estudo que pudesse comparar manuais técnicos com conteúdo semelhante, foram escolhidos os manuais das fabricantes Apple e Samsung, o principal aspecto considerado foi a similaridade de características tanto físicas (hardware) quanto de sistema operacional (software) dos modelos de *smartphone* produzidos. Selecionamos, então, o iPhone 5s – Apple e o Galaxy S4 – Samsung.

O manual do Iphone 5S (doravante 5S) em inglês é composto por 31 capítulos, 4 apêndices (A-D). Sua tradução apresenta 30 capítulos, 4 apêndices (A-D). O manual do Galaxy S4 (doravante S4), em inglês é composto por 10 capítulos. O manual em português também apresenta 10 capítulos.

É essencial iniciarmos esta análise discorrendo sobre os manuais, sua lógica de funcionamento e sua apresentação. Ao contrário do que acontece com a maioria dos produtos eletrônicos em geral, os manuais aqui estudados não acompanham o produto, são apenas disponibilizados *online* nos sites das

¹¹ Salientamos que a tradução é destinada ao português do Brasil, uma vez que a terminologia difere entre Brasil e Portugal. Para efeitos de ilustração, a palavra *screen* é traduzida para o português do Brasil como “tela”, enquanto a versão para Portugal é “ecrã”.

fabricantes, ou seja, apenas o consumidor que julgar necessário ler o manual de seu respectivo produto é que terá acesso ao texto completo.

Considerando alguns aspectos teóricos elaborados pelo campo da linguística textual, é possível verificar o que se fala a respeito dos manuais. Pesquisadores dessa corrente linguística classificam o manual técnico como gênero textual de cunho industrial, cuja função principal é orientar e apresentar diretrizes para o funcionamento correto dos produtos. Nesse sentido, o gênero textual instrucional é definido como “algo a ser feito e/ou como ser feito, uma ou várias ações ou fatos e fenômenos cuja realização é pretendida por alguém” (TRAVAGLIA, 2007, p. 43), ou seja, o manual técnico, desde a sua construção, é pensado em termos de ordem, pois tem “capacidade de linguagem de regulação mútua de comportamento”. (DOLZ e SCHNEUWLY, 2010, p. 52).

Em termos de linguagem e de estruturação, o manual técnico utiliza verbos no imperativo, pois objetiva induzir o usuário a seguir uma sequência de passos para pôr em funcionamento o produto. Diz-se também que a linguagem é clara e objetiva, pois se limita a fornecer informações.

Em resumo, pode-se dizer que o manual técnico orienta o usuário na utilização do produto. Porém a análise que se pretende é mais densa, uma vez que o objetivo é compreender traços de formações discursivas e as relações de poder funcionando no texto do manual técnico traduzido.

Dois eixos de análise guiam o trabalho com os RDs, no primeiro se discutem as transformações que ocorrem no texto traduzido, problematizando a tradução de textos técnicos como transformação, enquanto o segundo aborda as relações de poder.

2.1 Transformações da/na tradução de textos técnicos

Nesta subseção, são analisados recortes discursivos que evidenciam a tradução como transformação, bem como os efeitos de sentido trazidos na materialidade do texto da tradução. Nestas análises os RDs serão compostos por pares linguísticos, referenciados a partir das páginas que aparecem nos respectivos manuais. Para fins de compreensão, foram retirados excertos

maiores e as marcas que interessam à análise receberam destaque em negrito. As discussões são feitas com base na união das teorias de Análise do Discurso e de Tradução, levando sempre em consideração o caráter técnico dos manuais e as suas condições de produção. Em alguns momentos problematizamos mais os aspectos ligados à tradução, uma vez que esta subseção se destina também a discutir as transformações da/na tradução.

APPLE – IPHONE 5S

O RD 1 é formado por excertos oriundos do manual da Apple, especificamente da seção *Apple ID* que é responsável por explicar ao usuário a necessidade de criação dessa credencial, que é utilizada em todos os produtos da fabricante:

“You need only one Apple ID for everything you do with Apple. If you have an Apple ID, use it when you first set up iPhone, and whenever you need to sign in to use an Apple service. If you don’t already have an Apple ID, you can create one when you’re asked to sign in” (p. 16).

“Você só precisa de um ID Apple para todas as atividades relacionadas à Apple. Se você possui um ID Apple, use-o ao configurar o iPhone pela primeira vez e sempre que você precisar iniciar uma seção para usar um serviço da Apple. Se você ainda não tem um ID Apple, é possível criar um quando um início de seção for solicitado” (p. 17).

Observemos aqui que a marca Apple aparece 6 vezes consecutivas, em apenas dois parágrafos de texto. Muito mais que uma simples repetição ou um texto de construção simplória, ocorre tanto no texto de partida como no texto de chegada a reafirmação da fabricante, ao utilizar a marca funcionando como uma espécie de adjetivação do produto. O mesmo acontece no site da fabricante, conforme mostra a figura 1:

Figura 1 – Marca como adjetivação do produto



Visite uma Apple Store.

Veja os produtos Apple em uma Apple Store e tire todas as suas dúvidas.

[Encontre uma loja >](#)

Fonte: <<http://www.apple.com/br/mac/>>.

A repetição da palavra *Apple* no texto torna-se uma regularidade e estabiliza-se à medida que aponta para uma formação discursiva em defesa da qualidade e da supremacia da marca. O termo passa a ser sinônimo de diferencial, não se trata de um ID (uma credencial) qualquer, mas sim uma credencial exclusiva para os produtos e para os serviços que a fabricante disponibiliza.

É possível notar que o sujeito tradutor mantém a repetição do termo *Apple* no texto traduzido. Considerando que tradução é transformação, poderíamos crer que, ao traduzir, ele teria a liberdade de moldar o texto da tradução, talvez o tornando mais simples e evitando repetições. Porém, é essencial que se considere o entorno da tradução – em Análise do Discurso Francesa, as condições de produção – pois se trata de um texto de caráter técnico e instrucional, de uma fabricante de aparelhos celulares que se estabelece no mercado superando as demais em razão do seu valor. Pensando, então, de acordo com os termos da *comission* de Vermeer e Reis (1989), entendemos aqui que a manutenção do termo é de fato encomenda de quem contrata a tradução, ou seja, o trabalho do tradutor está condicionado à vontade de outrem. Ao delinear o propósito da tradução, a *comission*, ou seja, o cliente da tradução dita o que deve ser traduzido e como deve ser traduzido, estabelecem-se então, relações de poder entre cliente da tradução e tradutor, que acabam por sua vez moldando e direcionando o trabalho do tradutor, que se vê cerceado. Em se tratando da marca registrada da fabricante, o sujeito-

tradutor precisa abrir mão de conhecimentos e de estratégias de tradução, pois, ao invés de evitar a repetição do termo *Apple*, ele deve seguir na contramão aos preceitos de um bom texto, e extrapolar na repetição do termo.

Retomando o RD 1:

“You need only one Apple ID for everything you do with Apple. If you have an Apple ID, use it when you first set up iPhone, and whenever you need to sign in to use an Apple service. If you don’t already have an Apple ID, you can create one when you’re asked to sign in” (p. 16).

“Você só precisa de um ID Apple para todas as atividades relacionadas à Apple. Se você possui um ID Apple, use-o ao configurar o iPhone pela primeira vez e sempre que você precisar iniciar uma seção para usar um serviço da Apple. Se você ainda não tem um ID Apple, é possível criar um quando um início de seção for solicitado” (p.17, grifo nosso).

Há um deslizamento de sentidos entre o texto de partida e o texto da tradução, no que diz respeito à escolha do tradutor em traduzir e posicionar o adjetivo ‘*only*’. O posicionamento de ‘*only*’, no texto de partida: *You need only one Apple ID for everything you do with Apple*, aponta para a quantidade de IDs, pois admite que o usuário precisa de apenas um ID Apple para realizar atividades relacionadas ao uso dos produtos/site da fabricante. O efeito de sentido produzido indica o que, de fato, se aceita em termos de credenciais, ou seja, apenas uma credencial, um ID, é necessário para que o usuário utilize os serviços associados ao produto adquirido. Salientamos que tais serviços, muitas vezes, estão condicionados ao pagamento de mensalidades ou taxas anuais de uso (Ex: iTunes e iCloud).

O mesmo não acontece com o texto traduzido, vejamos:

You need only one Apple ID... → Apenas um ID se faz necessário.
(quantidade)

≠

Você só precisa de um ID Apple... → Só o ID é necessário.
(enaltecimento da marca)

A respeito da tradução do termo *only*¹², em língua inglesa, funcionando como adjetivo admite os seguintes sentidos: sozinho em tipo ou classe; o mais adequado de todos¹³; apresenta as seguintes possibilidades de tradução: *adj* 1 único. 2 só. 3 solitário. *adv* somente, unicamente, apenas, simplesmente.

A opção por utilizar o termo **só**, dentre as possibilidades de tradução, não representa, aparentemente, um erro do sujeito-tradutor, mas evidencia a manifestação de sua subjetividade na construção do discurso da tradução. Escolher um termo em detrimento de outro é o que garante ao tradutor o direito de manifestar sua subjetividade, fazer valer a posição-sujeito que ocupa no discurso do texto traduzido. A escolha pelo termo só pode estar ligada a dois fatores: a) formação discursiva facilitadora à que o sujeito-tradutor se filia, ou seja, a ideia de facilidade que é uma regularidade em campanhas e propagandas em geral; b) a ocorrência do *double-bind* (duplo vínculo da tradução), pois, dentre as diversas possibilidades de tradução de um mesmo termo, a escolha do tradutor é guiada pelas condições de produção do discurso.

Ao traduzir, o sujeito-tradutor revela um posicionamento ideológico a partir das escolhas lexicais que faz. A escolha de um termo em detrimento de outro está diretamente ligada a uma formação discursiva que dita o que pode e deve ser dito em dado momento; assim, ao escolher um termo dentre vários possíveis para uma mesma tradução, o sujeito-tradutor evidencia um termo e põe os demais em silêncio. Segundo Orlandi (2007, p. 68), "o silêncio não é vazio, ou sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do 'vazio' da linguagem como um horizonte e não como uma falta". O silêncio é condição de produção de sentido, ou seja, ele é que permite à linguagem significar. A relação entre o dizível e o não dizível evidencia que a tradução é silenciada por um sistema mercadológico imposto pelo cliente da tradução, em que se deve fazer cortes a qualquer tipo de termo/informação que possa apresentar o produto como sendo difícil de ser manuseado/operado.

¹²Dicionário Michaelis: (<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php>).

¹³Dicionário: (<http://www.thefreedictionary.com/only>).

A escolha do termo **só** é bastante recorrente em textos de campanhas publicitárias, pois tem apelo de facilidade, como se apenas uma ação fosse necessária. Retomando o RD “você **só** precisa de um ID Apple para todas as atividades relacionadas à Apple (...)” (p. 17, grifo nosso), é possível compreender que o efeito de sentido do termo em negrito é de facilidade, simplicidade. O usuário do *smartphone* precisa apenas possuir um ID para usufruir dos serviços da fabricante. Considerando o interdiscurso, sabemos que a ideia momentânea de facilidade é acompanhada de requisitos que acabam por tornar bem mais complexa a ação descrita no manual. Como toda empresa privada que presta serviços a um determinado público, a fabricante Apple visa obter lucro com os serviços disponibilizados para seus usuários. Sabemos que só precisar de um ID Apple não é o suficiente para que o usuário tenha acesso aos serviços. A começar pelo cadastro do usuário para obtenção do ID, nesse momento será necessário preencher informações de cobrança, haja vista que grande parte dos serviços acessados pelo ID geram cobranças ao usuário.

O efeito de sentido de facilidade, trazido pela memória discursiva, evidencia uma regularidade das campanhas publicitárias em geral, independentemente do produto ou do serviço, essa regularidade é característica de discursos voltados ao cenário mercadológico atual, para o qual a imagem a ser veiculada é de produtos cada vez mais fáceis de serem operados, pois o consumidor atual é motivado a adquirir produtos que facilitem/simplifiquem sua vida. Esse é, de fato, um dos elementos da formação discursiva facilitadora que se projeta sobre o sujeito-tradutor, evidenciando seu posicionamento ideológico e guiando as escolhas que este faz ao traduzir.

Ouvir músicas em um iPhone certamente não requer apenas um ID, pois se faz necessário utilizar um programa específico da fabricante (iTunes) para transferir músicas ao *smartphone*. Nesse caso, o uso do termo **só** aponta para uma formação discursiva apelativa em detrimento da facilidade de uso das funções do *smartphone*. A justificativa de que o único item necessário é um ID Apple cai por terra, pois, depois de ter adquirido um iPhone, o usuário terá que concordar com inúmeros termos relacionados à proteção dos direitos

autorais das músicas, ter a restrição de usar apenas o programa da fabricante e, claro, ter de comprar as músicas que desejar, na grande maioria das vezes.

Trazemos para a discussão uma campanha publicitária de uma agência de crédito com o intuito de demonstrar que a problematização do termo **só** também pode ser observada em outros tipos de texto.

“Para ter seu crédito aprovado na Crefisa você **só** precisa encontrar o Ponto de Atendimento mais próximo, levar os documentos necessários e, após a aprovação, seu crédito estará disponível com agilidade. Sair do vermelho nunca foi tão fácil!”¹⁴ (Fonte: CREFISA, grifo nosso).

Observando o funcionamento do termo **só** na frase “Para ter seu crédito aprovado na Crefisa você só precisa encontrar o Ponto de Atendimento mais próximo”, o efeito de sentido produzido é de facilidade na contratação do crédito. O termo em destaque funciona como uma espécie de interdição de fatores, como se a única coisa que o possível cliente precisa fazer é ir até um ponto de atendimento. Novamente, a memória discursiva evidencia a necessidade de se apresentar, no competitivo mercado atual, produtos e serviços que facilitem/simplifiquem a vida do consumidor. As relações de poder/saber que se instituem entre empresa – consumidor, uma vez que esta sabe que a questão da facilidade é um atrativo ao cliente, são impostas à tradução, levando o sujeito-tradutor a assumir essa posição no discurso e replicar esse saber no texto que traduz.

A análise do RDs 2 visa ilustrar os problemas de tradução que afetam diretamente a compreensão do usuário, pois, pela forma como o ato tradutório possivelmente aconteceu, há um deslizamento de sentidos dos termos utilizados no texto, como se observa abaixo:

SAMSUNG – GALAXY S4

RD 2:

“DivX Certified® to play DivX® video up to HD 720p, including premium content” (p. 4).

¹⁴<<http://www.crefisa.com.br>>. Último acesso em 22 de abril de 2016.

“O DivX Certified® reproduz vídeo DivX® até 720p, incluindo conteúdo premiado” (p. 4).

Este RD é composto por excertos retirados do capítulo que explica a capacidade de reprodução de vídeos que o aparelho tem.

Premium – palavra de origem latina – quando utilizada na posição de adjetivo, em ambas as línguas, sugere algo que se considere de boa qualidade, alto valor monetário ou algo que se destaca dentro de uma determinada categoria. Em termos de memória, evidencia-se o funcionamento de um discurso que produz o sentido de qualidade, seleção (cerveja *premium*, cliente *premium*, até mesmo Telecine *premium*). O termo em questão, de modo geral, é empregado para caracterizar a qualidade superior de um tipo de serviço ou produto oferecido. Já ‘premiado’ – utilizado no texto traduzido, analisado em língua portuguesa, retoma o sentido de premiação, receber um prêmio. Por exemplo, em campanhas como: “Honda Tour Premiado”, “Tim Torpedo Premiado”, “Consórcio Premiado” o termo faz alusão ao que se poderá receber em um sorteio designado a clientes das empresas promotoras.

Retomando o RD:

“*DivX Certified® to play DivX® video up to HD 720p, including premium content*” (p. 4).

“O DivX Certified® reproduz vídeo DivX® até 720p, incluindo conteúdo premiado” (p. 4).

Temos:

“including premium content” = (qualidade)

≠

“incluindo conteúdo premiado” = (vantagem, algo que se pode ganhar)

Observando o contexto imediato em que circula o RD, ou seja, o manual técnico de *smartphone*, é possível constatar que o termo ‘premiado’ funciona de forma diferente do termo *premium*. Considerando as condições de produção do gênero – manual técnico – o uso de ‘premiado’ não retoma a ideia de conteúdo selecionado, conteúdo exclusivo para usuários do *smartphone* da

marca em questão. *Premium* x premiado é o tipo de marca linguística que evoca a necessidade de se pensar, no ato tradutório, no contexto de recepção do texto traduzido. Trata-se de um manual traduzido para o português do Brasil, embora o termo *premium*, em língua inglesa, também admita o sentido de prêmio, recompensa (*reward*), esse efeito de sentido não se sustenta na língua portuguesa, uma vez que no contexto de chegada (Brasil) o termo *premium* é utilizado sem tradução com o intuito de destacar a qualidade superior de um produto/serviço. Assim, a produção do sentido “qualidade/seleção” seria resgatada, se o termo não fosse traduzido, pois tem seu sentido estabilizado na língua de chegada.

SAMSUNG GALAXY S4

RD 3:

“Device **layout**”. (p. 5, grifo nosso).

“**Layout** do aparelho” (p. 5, grifo nosso).

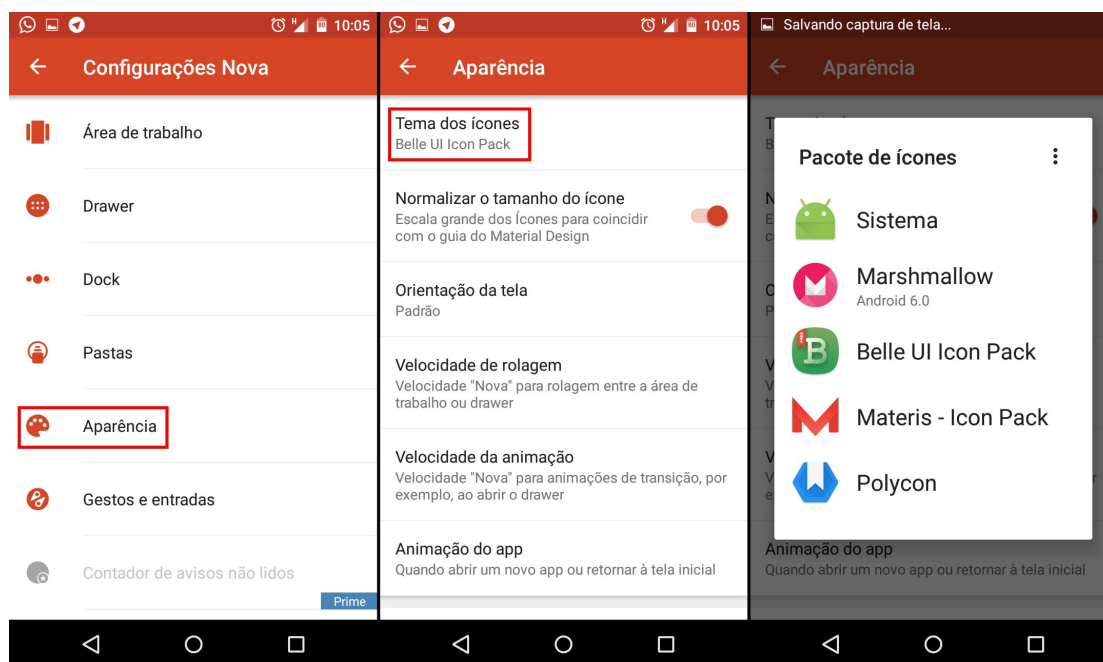
A palavra *layout*, considerada um estrangeirismo, após sofrer um processo de domesticação, encontra-se incorporada ao vocabulário da língua portuguesa sob a forma ‘leiaute’. Em termos tradutórios, a opção entre a forma inglesa e a portuguesa é uma questão de posicionamento do tradutor. Porém, ao se considerar as condições de produção do manual traduzido, *layout* é passível de análise.

No contexto de chegada (Brasil), a palavra *layout* é empregada em marcas de empresas, manuais, descrição de produtos, dentre outras diversas aplicações. Fala-se em criação de *layout*, desenho de *layout* de produtos; é comumente empregada por empresas de comunicação e de marketing. No entanto, observando o uso do termo inglês ‘layout’, ao invés da palavra ‘leiaute’, pode-se compreender que ainda há, por parte do sujeito-tradutor, uma busca pela manutenção de semelhanças entre o texto de partida e o texto de chegada, o que denota que o sujeito-tradutor pode filiar-se a uma perspectiva tradicional de tradução.

Em língua inglesa, a palavra *layout* é utilizada para fazer referência à organização esquematizada de partes ou áreas, então, para aquela

comunidade, falar em *layout* do aparelho parece funcionar como algo natural, que pode ser resgatado pela memória discursiva da palavra. Já em língua portuguesa a palavra estrangeira *layout* é utilizada como desenho, plano, amostra, arranjo físico, esquema, exposição. A palavra descreve o estudo da disposição e alocação das pessoas, móveis, ferramentas etc, dentro de uma metodologia aplicada, utilizada com o objetivo de otimizar os recursos disponíveis. Para falar da disposição dos aplicativos e das funções do *smartphone*, o sujeito-tradutor poderia se valer do termo 'aparência', por exemplo, uma vez que este aparece nas configurações do aparelho, conforme mostra a figura 2 abaixo:

Figura 2 – Configurações do *smartphone*



Fonte: <<http://blog.meuquantum.com.br/personalizar-seu-smartphone-com-temas/>>.

Há também que se considerar que a manutenção do termo *layout* pode estar marcando um desejo de sofisticação, pelo fato de que a memória discursiva retoma a ideia de que *layout* designa algo que envolve arte, que foi pensado exclusivamente para o usuário daquele *smartphone*. Ou seja, *layout* faz valer a noção de que a empresa teve todo o cuidado de pensar um desenho, uma aparência especial para o seu produto.

SAMSUNG – GALAXY S4

RD 4 :

“before using it for the first time” (p. 13).

“antes de utilizar pela primeira vez” (p.13).

Este RD é o título de uma das seções do manual, ela se encarrega de apresentar o uso correto da bateria do *smartphone*, embora pareça desnecessário explicar como operar o carregamento da bateria, este RD é passível de análise, pois sua omissão poderia causar implicações à fabricante.

As condições de produção, em sentido amplo, de manuais de produtos que tenham baterias como componentes, sugerem que a bateria receba uma carga completa antes do primeiro uso, no entanto, os celulares atuais que usam baterias de polímero de íon de lítio (Li-Ion) dispensam tal orientação. Essa informação ainda é pouco difundida no cenário mercadológico dos *smartphones*, pois, ao adquirir o produto em lojas, o usuário, possivelmente, será instruído a carregar a bateria do celular até obter carga completa antes de começar a utilizar o aparelho. Considerando que o manual circula em um contexto atual (2013-2014), e apresenta um produto que usa baterias (Li-Ion), é possível questionar a necessidade de se manter uma informação como essa, e também traduzi-la para outros idiomas, pois se pode pensar que a omissão do RD selecionado, possivelmente, não causará nenhum tipo de problema durante o uso do produto.

O interesse aqui, reside, justamente, na presença dessas informações, pois considera-se que o manual é uma espécie de guia de bom uso do produto e que apresenta orientações que devem ser seguidas. Dessa forma, compreende-se que ignorá-las influenciará diretamente nos direitos que o usuário tem em relação à garantia, caso haja defeito no produto. Confrontando essa informação com a noção que se tem sobre a baixa durabilidade da carga das baterias dos *smartphones*, pode-se compreender que a presença deste capítulo no manual justifica-se pelo fato de que o usuário pode relacionar a pouca duração da bateria com o procedimento de carga da mesma. A própria fabricante faz uso desse conhecimento na tentativa de manter-se isenta de qualquer responsabilidade ligada ao uso da bateria, por isso ainda há a

manutenção de capítulos informando sobre o uso adequado da bateria, é uma forma de deixar registrado no texto a isenção de responsabilidade. Apenas para exemplificar o famoso *site* de reclamações, “Reclame Aqui”, registrou uma média de 447 reclamações ligadas ao uso da bateria dos *smartphones* por ela fabricados.

APPLE – IPHONE 5S

RD 5:

“you can’t make calls or use Bluetooth, but you can listen to music, play games, watch vídeos, or use other apps that don’t require network or phone connections (...)” (p. 39).

“Não será possível fazer ligações ou usar o Bluetooth, mas você poderá ouvir música, jogar jogos, assistir vídeos, ou usar outros aplicativos que não necessitem de conexões de rede ou telefone” (p. 40).

Este RD foi selecionado da seção “Viajar com o iPhone”. Considerando as condições de produção do manual, sabe-se que o uso da forma verbal imperativa é normatizado para este gênero. Esse manual apresenta diversas recorrências: “go to settings” (p. 50), “vá para ajustes” (p. 49), “touch and hold the list” (p. 93), “toque e mantenha pressionado” (p. 97). Retornando ao RD selecionado, é possível perceber o uso da forma futura para uma orientação imperativa do texto em língua inglesa. Aqui é possível problematizar a ação do tradutor na produção do texto traduzido. O futuro do indicativo, como no recorte “não será possível” (p. 40), é recorrente em seções de orientação ao cliente como “Reclame Aqui” e “Trocas e Devoluções”, pois se refere a um evento que poderá ou não acontecer em um tempo futuro, aqui o sentido é de possibilidade, muito mais que o da prescrição/ proibição, (pode/não pode). Já o imperativo, em termos de memória recupera, a ideia de ter ou não permissão para determinado acesso ou ação. A opção do tradutor, por usar as formas “será” e “poderá”, expõe uma possível atenção para o contexto de chegada, pois em língua portuguesa há uma distinção clara de sentido entre prescrever (pode/não pode) e sugerir (poderá/não poderá). O mesmo acontece com a língua inglesa, *can* também implica uma noção de possibilidade/probabilidade.

Compreende-se então que o uso de “poderá”/“será” pode ser escolha do tradutor, por uma questão estética do texto (evitar a repetição batida de formas imperativas). Essa escolha não alterou o sentido da informação, o que poderia gerar má compreensão do texto e problemas para a fabricante. Este RD evidencia que na tradução a noção de literalidade não deve ser uma regra, mas sim uma questão de preocupação com o sentido. A não fidelidade do tradutor à forma imperativa da língua de partida coloca o texto traduzido como um novo texto, transformado-o, mas que compartilha características com o texto fonte.

Levantamos também a questão da imagem da empresa, pois ela já diz que “não será possível” e explica o motivo do não funcionamento. É possível inferir que há uma preocupação por parte da empresa, em relação ao perfil do consumidor brasileiro, que pode não ser tão colaborativo quanto os consumidores de outros países, por esse motivo, a empresa já se resguarda apresentando aquilo que pode não funcionar, mas que a condição do funcionar/não funcionar também dependerá do país em que o consumidor estiver visitando/viajando, já que a empresa colocou em seu manual uma seção intitulada “Viajando com o iPhone”.

O próximo RD é formado por um excerto do manual da Apple e um da Samsung, com o intuito de estudar a questão da terminologia na tradução.

SAMSUNG – GALAXY S4

“Getting Started” (p.5).

“Primeiros Passos” (p.5).

APPLE IPHONE 5S

“Getting Started” (p.6).

“Introdução” (p.6).

Enquanto a Samsung traz o par linguístico “*Getting started* – Primeiros Passos” a Apple traz “*Getting started* - Introdução”, o que se pode notar aqui é a ação do tradutor em relação às escolhas, pois o título, embora sendo o mesmo em língua inglesa, recebeu duas versões distintas. “Introdução” aponta

para uma breve apresentação, um adiantamento do que será exposto, introdução em trabalhos científicos, por exemplo, “Parágrafo introdutório”, “Introdução à Linguística”, entre outros. “Primeiros passos” faz alusão a “dar o primeiro passo”, expressão geralmente utilizada para designar um começo de uma trajetória ou de um processo. Nota-se, então, que tanto “Introdução” como “Primeiros Passos” estão funcionando dentro de seus respectivos textos. Considerando as condições de produção, ambas expressões podem ser utilizadas nas versões traduzidas, pois intitulam capítulos que apresentam os aparelhos e seu funcionamento básico. As diferentes traduções de “Getting Started”, cada uma funcionando dentro de seu contexto, apontam para a ação tradutória que parte do pressuposto de que o tradutor tem a possibilidade de fazer escolhas lexicais que produzem um novo texto, e não comprometem o objetivo da tradução. Se essa possibilidade não fosse possível, como propõe a visão tradicional de tradução, os dois textos aqui analisados, produzidos por empresas diferentes, descrevendo produtos distintos e finalmente traduzidos por tradutores diferentes, deveriam usar o mesmo termo em língua portuguesa. No entanto, como se pode observar neste RD, “Getting Started” permite duas traduções possíveis (no mínimo), que funcionam dentro do texto traduzido. Pode-se observar que a questão da terminologia na tradução precisa considerar os âmbitos linguístico e cultural, pois se pode perceber que o sujeito-tradutor de cada um dos manuais usou um termo diferente (primeiros passos x introdução) que são termos aceitos para as traduções para o português do Brasil, pois, em termos de memória discursiva, ambas resgatam o sentido de algo que vem primeiro, o começo.

O termo “Primeiros Passos” aponta para um discurso primário que evoca a ideia de discurso infantilizado, ensino do be-a-bá, já o termo “Introdução” é mais técnico e regrado ao funcionamento do aparelho. A diferença de termos pode estar associada também a questão da classe econômica do público-alvo, já que o valor de mercado dos dois *smartphones* é bastante diferente. Pode-se inferir que o consumidor do Galaxy S4 é de uma classe econômica inferior e por esse motivo, a utilização do produto deve ser detalhadamente explicada. Já o consumidor da Apple, por ser de uma classe econômica mais elevada, já teve/tem acesso ao conhecimento tecnológico e

funcionamento dos smartphones, por esse motivo, a linguagem pode ser mais técnica. Em linhas gerais, a escolha de termos diferentes, por tradutores diferentes, evidencia que o sujeito-tradutor deixa marcas no texto traduzido, as condições de produção, a noção de tradução que o sujeito-tradutor tem, são fatores que exercem ascendência sobre o ato tradutório.

SAMSUNG - GALAXY S4

RD 6:

“Package content” (p.10).

“Conteúdo da embalagem”

O capítulo que descreve os elementos que devem constar na embalagem do produto não aparece no manual traduzido. Retomando a teoria do *Skopos*, ou seja, o propósito da tradução, é possível compreender que a não inclusão do capítulo que apresenta os acessórios do produto seja uma prescrição da fabricante ou que os acessórios possam estar descritos na embalagem do produto. Ainda neste capítulo, no texto em inglês, há a seguinte nota¹⁵ informando que os acessórios fornecidos com o equipamento podem variar de acordo com a região ou fornecedor. Essa ausência não pode ser entendida como mera omissão de informação, ou escolha da fabricante, ela evidencia um processo de silenciamento. A venda de produtos eletrônicos vai muito além da aparência atrativa dos produtos, as questões mercadológicas influenciam significativamente no que é dito e no que não é dito sobre os aparatos tecnológicos. Conforme evidencia Orlandi (2007, p. 70), “o silêncio é contínuo e há sempre sentidos a dizer”, omitir uma nota que apresenta os componentes que acompanham o produto, assim como a explicação de que eles variam de acordo com a região em que são comercializados, evidencia que possivelmente a tecnologia que se oferece no Brasil é diferente da oferecida para/em outros países.

¹⁵ “The items supplied with the device and any available accessories may vary depending on the region or service provider” (p. 9).

2.2 Relações de Poder/Saber da/na tradução de textos técnicos

Nesta subseção, analisaremos a presença de notas de aviso nos manuais técnicos tanto em língua inglesa quanto nos traduzidos com o intuito de compreender como se dão as relações de poder. As notas indicam o que poderá e o que não poderá funcionar. Os recortes apresentados a seguir foram retirados de ambos os manuais, porém há distinção entre seus usos. A fabricante coreana Samsung, ao longo de seu manual, na versão Português (Brasil), apresenta ao todo 35 notas inseridas logo após a explicação sobre o funcionamento do aparelho, o número de notas de aviso é reduzido no texto em Inglês, perfazendo um total de 21 notas. Já a fabricante americana Apple apresenta apenas 3 notas de aviso sobre o que poderá ou não funcionar. Os recortes analisados são formados por pares linguísticos Português – Inglês. As notas que não possuem um par linguístico em língua inglesa não serão analisadas, uma vez que constituem uma adição ao texto traduzido, são um aspecto relevante para a tradução, mas nesse momento de análise não cumprem com os objetivos propostos.

Para fins de organização, os RDs serão separados por fabricante.

SAMSUNG – GALAXY S4

RD 1:

“Alguns serviços 4G (LTE) **podem não estar disponíveis** dependendo do provedor de serviços. Para mais informações, contate **sua operadora**”. (p. 9, grifos nossos).

“Some LTE services **may not be available** depending on the service provider. For details about service availability contact **your service provider**”. (p. 10, grifos nossos).

RD 2:

“Esta função **pode estar indisponível** dependendo de **sua operadora** de serviços ou país”. (p. 61, 62, 89, grifos nossos).

“This application **may not be available** depending on **the region or service provider**.” (p. 63, 64, 91, grifos nossos).

RD 3:

“As opções **disponíveis podem variar** dependendo de **seu país** ou operadora de serviços”. (p. 126, grifos nossos).

“The available options **may vary** depending on **the region or service provider**.” (p. 131, grifos nossos).

RD 4:

“Esta função **pode não estar disponível** dependendo de **seu país** ou operadora de serviços”. (p. 61, grifos nossos).

“This feature **may not be available** depending on **the region or service provider**”. (p. 69, grifos nossos).

APPLE – IPHONE 5S

RD 5:

“**Talvez** o iCloud **não esteja disponível** em todas as regiões e os recursos do iCloud **podem variar** de acordo com a área. Para obter mais informações, consulte www.apple.com/br/icloud. (p. 18, grifos nossos).

“iCloud **may not be available** in all áreas, and iCloud features **may vary** by area. For more information, see www.apple.com/icloud. (p. 17, grifos nossos).

RD 6:

“Esse recurso **pode não estar disponível** em todas as operadoras. **Podem ser cobradas** taxas adicionais. Entre em contato com **sua operadora** para obter mais informações.” (p. 33, grifos nossos).

“This feature **may not be available** with all carriers. Additional fees **may apply**. Contact **your carrier** for more information.”(p. 32, grifos nossos).

RD 7:

“**Talvez** o iTunes Match **não esteja disponível** em todas as regiões. Consulte support.apple.com/kb/HT5085?viewlocale=pt_BR.” (p.66, grifos nossos).

“iTunes Match **may not be available** in all areas. See support.apple.com/kt/HT5085. (p. 64, grifos nossos).

Primeiramente, há de se considerar a lógica do manual. Retomando o que foi dito anteriormente, o manual é em sua essência um texto técnico, cuja função principal é apresentar os componentes, aplicativos e funções que o *smartphone* desempenha. É também uma característica do manual técnico

instruir o usuário sobre o uso correto/adequado do produto adquirido. A linguagem empregada no texto do manual, geralmente, usa a função conativa, pois dá uma ordem/orientação sobre como operar o aparelho.

O texto de partida e o texto traduzido foram produzidos em momentos diferentes, logo, as condições de produção de cada um também são diferentes. Começamos a análise observando os efeitos de sentido dos verbos ‘*may*’ e ‘poder’ dentro das expressões destacadas nos Rds 1, 2, 3, 4 e 6.

As marcas ‘podem não estar disponível’, ‘podem estar indisponível’ e ‘*may not be available*’ são fundamentais ao funcionamento dos efeitos de poder, pois o indisponível é tido como “impossível”, enquanto o disponível é tido como “possível”. Porém, o que está posto como “disponível” ou “indisponível” não é a qualidade e/ou o aparelho em si, mas evidencia o fato de que o funcionamento correto do aparelho está diretamente ligado à qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel. O próprio manual sinaliza isso, cada aparelho tem seu manual específico, o que nele está contido faz referência exclusiva ao modelo adquirido.

Analisemos, então, o RD1, retirado da seção *Primeiros Passos* do manual da Samsung que explica a inserção do cartão SIM fornecido pela operadora de serviços:

“Alguns serviços 4G (LTE) **podem não estar disponíveis** dependendo do provedor de serviços. Para mais informações, contate **sua operadora**”. (p. 9, grifos nossos).

“Some LTE services **may not be available** depending on the service provider. For details about service availability contact **your service provider**”. (p. 10, grifos nossos).

O texto de partida apresenta a marca ‘*may not be available*’, vamos desmembrá-la, a fim de compreender seu funcionamento. O que nos interessa nesse momento é o uso do verbo modal ‘*may*’, que compõe uma lista de 16 verbos com uso especial em língua inglesa. Ao passo que em língua portuguesa o verbo poder é o que mais se utiliza para tratar de possibilidade/probabilidade, em língua inglesa temos os verbos ‘*may*’ e ‘*can*’.

Primeiramente, faz-se necessário compreender a distinção entre os dois verbos, conforme o quadro (figura 3) a seguir:

Figura 3 – Distinção entre CAN e MAY

<i>It can be dangerous to cycle in the city.</i>	This expresses what the speaker believes is a general truth or known fact, or a strong possibility.
<i>It could/may be dangerous to cycle in the city.</i>	This does not express a general truth. The speaker is only expressing a weak possibility.

Fonte: <<http://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/can-could-or-may>>.

‘*May*’ representa uma possibilidade fraca, já ‘*can*’ representa uma possibilidade forte. Em termos de sentido, ‘*may*’ e ‘*can*’ são diferentes, pois indicam intensidades diferentes, além de terem usos específicos, sendo ‘*may*’ considerado formal e ‘*can*’ informal.

Retornando a marca ‘*may not be available*’ podemos notar, então, que o efeito de sentido produzido é de uma vaga possibilidade do não funcionamento dos serviços 4G. Considerando que essa marca aparece em um manual técnico, responsável por apresentar as funcionalidades e orientar o usuário em relação ao funcionamento do *smartphone*, é possível compreender que a escolha lexical por ‘*may*’ visa minimizar o impacto de que o produto recém-adquirido pode não funcionar por completo.

Já o manual traduzido apresenta as marcas ‘podem não estar disponível’, ‘podem estar indisponível’, embora a negação esteja posicionada em momentos diferentes, o verbo ‘poder’ aparece em ambas as marcas. Poder é um verbo transitivo direto que significa “ter possibilidade de”.

Segundo os estudos de Neves (2000), o verbo poder é polissêmico, pois pode admitir três significados, sendo dois de raiz: capacidade ou habilidade/permissão, e um epistêmico: simples possibilidade. Ao estudar o verbo poder nos deparamos com a ambiguidade do verbo, a esse respeito Neves (2000) afirma que:

Essa ambiguidade é reconhecida em línguas não aparentadas, especialmente em ligação com os verbos modais, que são em número reduzido, com particularidades morfossintáticas em algumas línguas - como o inglês, em que esses verbos, por exemplo, não têm infinitivo -, mas não em outras línguas, como o português. (NEVES, 2000, p. 118).

Em um primeiro momento, o significado de *'may'* e *'poder'* perpassam a noção de possibilidade. Porém o verbo poder resgata tantos outros sentidos já ditos em outro momento e em outros lugares, e torna possível perceber que se as marcas apontam para algo que pode estar indisponível, considerando o contexto imediato, o país em que o manual em língua portuguesa circula, há uma forte possibilidade de que o serviço não funcione. O que garante esse efeito de sentido é toda a informação que se tem a respeito das limitações da cobertura de sinal de celular em todo o território nacional, pois essa tecnologia ainda é bastante deficiente no Brasil.

Retomando o RD 1 e observando o funcionamento da nota de aviso no manual da fabricante em questão, esta cumpre seu papel de informar/instruir o usuário sobre o uso correto do cartão SIM, e, imediatamente após a instrução, é lançada a nota. Temos então:

NÃO ESTAR DISPONÍVEL + SUA OPERADORA

=

FABRICANTE ISENTA DE RESPONSABILIDADE

O uso dos termos “disponível/ indisponível” não aponta simplesmente para uma regularidade, ele, de fato, funciona como uma regularidade no manual traduzido. Ou seja, a fabricante apresenta seu produto e em seguida insere a nota advertindo o usuário sobre o funcionamento dos serviços. Esse funcionamento não é de responsabilidade da fabricante. Então, o lugar de isenção da empresa-fabricante está posto como se fosse natural. Não havendo margem para questionamentos usuário – fabricante. A repetição, ao longo de todo o manual, das expressões “não disponível” e “indisponível” apontam para uma formação discursiva em defesa da fabricante.

Essa formação discursiva de isenção livra a empresa fabricante do *smartphone* de qualquer responsabilidade para com o não funcionamento do aparelho; estabelece-se, assim, uma relação de poder fabricante – usuário, este, ao comprar o produto, não é informado da disponibilidade dos serviços de seu celular, não há uma garantia de que ele seja informado no momento pré-venda, por isso, a fabricante se encarrega de, via tradução, inserir notas no texto traduzido informando ao usuário final sobre a disponibilidade de serviços, ao mesmo tempo, ela se isenta de responsabilidade, transferindo-a para a operadora de serviços e para o país em que o aparelho e usuário se encontram.

Nota-se, então, a relação de poder posta pela fabricante em relação ao usuário, este quer ter o celular, no entanto, há uma rede de saberes que desconhece, os saberes ligados à tecnologia e como essa nos é ofertada. Como vimos anteriormente, o saber é gerador das relações de poder, “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (FOUCAULT, 2007, p. 28), há dificuldade de saber se, de fato, as operadoras de telefonia móvel têm disponibilidade e oferecem os serviços necessários ao funcionamento do aparelho. O conhecimento sobre a tecnologia não está posto como necessário ou crucial à decisão de comprar um *smartphone*, muitas vezes, são os efeitos de poder da mídia, da moda, que conduzem o indivíduo a comprar o produto recentemente lançado.

Esse conhecimento tecnológico é, na verdade, um saber do qual a fabricante se beneficia, pois sabe das condições tecnológicas de cada país para o qual exportará seu produto, e, por esse motivo, utiliza de mecanismos e de estratégias de poder no texto traduzido, esquivando-se de futuras responsabilizações pelo funcionamento do aparelho. Para o usuário do *smartphone*, o manual em língua portuguesa é tido como verdade, como texto original, é constitutivo da necessidade de conhecer o aparelho e suas funções. Se o mesmo usuário tivesse acesso ao texto de partida (manual em inglês), ele poderia se inserir em outra rede de discursos, e, por sua vez, outras redes de poder; possivelmente, poderia perceber que, em outros países, a fabricante não faz uso de tais estratégias de isenção. O usuário, aqui entendido como a parte fraca dessa equação, é pego duplamente pelas relações de poder,

primeiro por desconhecer os saberes ligados à tecnologia, e segundo por recair em si próprio a responsabilidade pela escolha da operadora de serviços. É uma rede de poder à qual o usuário se submete sem poder escapar, se ele quiser adquirir o aparelho, terá que arcar com as decorrências do não funcionamento.

Costumeiramente se vê o emprego do pronome possessivo seu/sua em propagandas e textos que visam um nível maior de proximidade com o interlocutor. Seu carro novo, seu banco, sua casa nova, são exemplos amplamente utilizados, as propagandas visam produzir um efeito de cumplicidade entre o consumidor e o fornecedor.

Retornando aos RDs, observamos agora o funcionamento dos pronomes possessivos 'sua' e 'your'.

SAMSUNG – GALAXY S4

RD 1:

“Alguns serviços 4G (LTE) **podem não estar disponíveis** dependendo do provedor de serviços. Para mais informações, contate **sua operadora**”. (p. 9, grifos nossos).

“Some LTE services **may not be available** depending on the service provider. For details about service availability contact **your service provider**”. (p. 10, grifos nossos).

RD 2:

“Esta função **pode estar indisponível** dependendo de **sua operadora** de serviços ou país”. (p.61, 62, 89, grifos nossos).

“This application **may not be available** depending on **the region or service provider**.” (p.63, 64, 91, grifos nossos).

RD 3:

“As opções **disponíveis podem variar** dependendo de **seu país** ou operadora de serviços”. (p. 126, grifos nossos).

“The available options **may vary** depending on **the region or service provider**.” (p. 131, grifos nossos).

RD 4:

“Esta função **pode não estar disponível** dependendo de **seu país** ou operadora de serviços”. (p. 61, grifos nossos).

“This feature **may not be available** depending on **the region or service provider**”. (p. 69, grifos nossos).

APPLE – IPHONE 5S

RD 6:

“Esse recurso **pode não estar disponível** em todas as operadoras. **Podem ser cobradas** taxas adicionais. Entre em contato com **sua operadora** para obter mais informações.” (p. 33, grifos nossos).

“This feature **may not be available** with all carriers. Additional fees **may apply**. Contact **your carrier** for more information.”(p. 32, grifos nossos).

Partimos do pressuposto de que ‘sua’ e ‘your’ produzem os mesmos sentidos em ambos os textos, pois são pronomes possessivos e estabelecem relação entre o usuário e a operadora de serviços telefônicos. O que nos interessa nessa etapa de análise é compreender como se estabelecem as relações de poder entre operadora de serviços e usuário via manual da fabricante.

É possível, então, perceber que os pronomes possessivos ‘sua’ / ‘your’ põem em relação usuário e operadora de serviço telefônico. O efeito não é de cumplicidade ou de propriedade (ser proprietário, dono do produto), mas de distanciamento entre empresa responsável pelo produto *smartphone* e proprietário do produto. A relação que se põe em evidência é o do proprietário do produto com a operadora de serviços. Daí que a indisponibilidade de uma dada função do aparelho acaba sendo transferida para uma ausência de recurso ofertado pela operadora e não pelo produto.

Nos RDs acima apresentados temos:

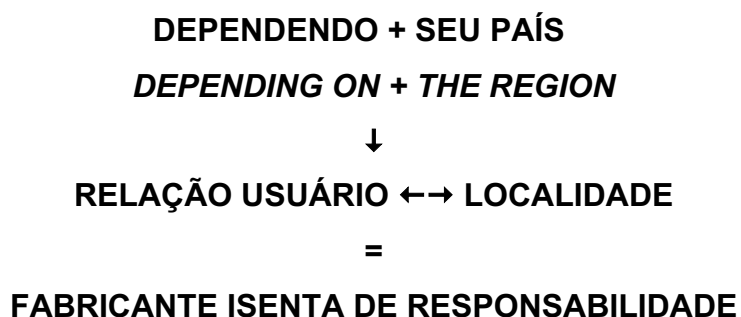
DEPENDENDO	+	SUA OPERADORA
DEPENDING ON	+	YOUR CARRIER
↓		
RELAÇÃO USUÁRIO ↔ OPERADORA		
=		

FABRICANTE ISENTA DE RESPONSABILIDADE

O que temos aqui é um efeito de poder em que a empresa estabelece relação direta entre o usuário e a operadora, ou seja, ainda em um efeito de isenção, a responsabilidade pelo funcionamento é algo pertinente a usuário-operadora. Via uso dos adjetivos possessivos ‘sua’/‘your’, estabelece uma relação entre o usuário e a operadora de serviço, sua operadora – sua escolha – sua responsabilidade. ‘Sua’, em termos de objeto de discurso no manual, aponta para a responsabilidade do usuário em detrimento da operadora de serviços escolhida, os serviços e funções do *smartphone*, embora descritos no manual técnico, à disposição do usuário, estão condicionados à disponibilidade da operadora.

É importante notar que o texto de partida não apresenta em nenhum dos recortes a expressão “Seu país”, em alguns momentos a expressão utilizada é “the region”. Retomando o que foi dito no início deste capítulo, o manual em língua portuguesa foi traduzido para o português do Brasil e esta informação fica explícita de duas formas, primeiro pelo fato de que no site das fabricantes há um manual para o Brasil e outro para Portugal, segundo que o site das fabricantes é apresentado ao longo de todo o manual com a terminação “.com.br” característica dos sites brasileiros. Assim, percebemos que a expressão “seu país” faz referência direta ao Brasil, que é um país em que a tecnologia e os serviços de telefonia móvel ainda estão em desenvolvimento.

Temos então:



‘Seu país’ aponta para uma formação discursiva da precariedade da tecnologia ofertada no Brasil. É sabido que a tecnologia disponível em nosso

país deixa muito a desejar, especialmente no tange à necessidade de serviços de telefonia móvel, não há uma disponibilidade de sinal em todos os lugares, os serviços 3G e 4G estão longe de funcionar adequadamente, e nos lugares onde já estão disponíveis, as taxas de utilização de dados são exorbitantes.

No entanto, não vemos essas informações explícitas no manual analisado, o que nos leva a pensar em tal formação discursiva é a presença das expressões “dependendo de sua operadora/seu país”, reforçando, reafirmando a ideia de que o funcionamento dos serviços do telefone está condicionado à escolha da operadora e do país onde isso ocorre, podemos perceber, mais uma vez, que “o poder não é principalmente a manutenção e reprodução de relações econômicas, mas, acima de tudo, é uma relação de força.” (FOUCAULT, 1980, p. 89).

Considerando o fato de que o manual não acompanha o produto, e que no momento da compra o usuário não tem acesso a todas estas informações, e que só terá caso manifeste interesse em acessar o texto disponível no *site* da fabricante, identificamos mais uma vez as relações de poder/saber postas em funcionamento entre usuário e fabricante.

Além das relações de poder que se estabelecem entre o usuário – operadora, e usuário – fabricante, o material sob investigação sinaliza para as relações de poder estabelecidas entre a mídia e o usuário. Seja nas capas de revista, nas novelas ou nos *sites* de venda de celulares, os aparelhos tidos como os mais desejados são os fabricados pela Apple e pela Samsung. A título de ilustração do exposto, dispomos a imagem, figura 4, a seguir:

Figura 4 – Smartphones mais desejados

Mais Populares

Rank	Smartphone	Price	Original Price	Payment Plan
1º	Smartphone Samsung Galaxy J3 2016 D...	R\$ 699,00	R\$ 899,00	ou em até 10x de R\$ 69,90 sem juros
2º	iPhone Se 16Gb Ouro Rosa Apple	R\$ 2.699,00	-	ou em até 10x de R\$ 269,90 sem juros
3º	Smartphone Samsung Galaxy J3 2016 D...	R\$ 699,00	R\$ 899,00	ou em até 10x de R\$ 69,90 sem juros

em 7x sem juros no Cartão Saraiva em 15x sem juros no Cartão Saraiva em 7x sem juros no Cartão Saraiva

Fonte: <<http://www.saraiva.com.br/telefones-celulares>>.

Posto isso, partimos da ideia de que ambas as fabricantes têm conhecimento de que grande parte dos usuários de *smartphones* possuem ou planejam adquirir um de seus aparelhos. Por esse motivo, mesmo sabendo que determinadas regiões e países, como o Brasil, em que os serviços prestados pelas operadoras é precário, o desejo por possuir um produto Apple ou Samsung influenciará o usuário no momento da compra. A questão econômica também constitui relações de poder, pois quem compra um Apple, por exemplo, evita usar capa protetora ou quando usa, elas têm uma abertura na parte traseira que possibilita mostrar a maçã, que é o símbolo da referida fabricante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se depreende deste estudo pautado nas bases teóricas da Análise do Discurso Francesa, dos Estudos Foucaultianos e dos Estudos da Tradução, é que já não se pode estar ainda afiliado à visão tradicional de tradução. O ato tradutório não é transporte, os sentidos não são carregados de um lado para outro, como em um processo de carga e descarga. Por outro lado, sob a perspectiva da visão pós-moderna, a tradução é transformação, o texto é outro texto, embora mantenha semelhanças com o texto de partida (funcionamento, características do gênero), a tradução apresenta-se para uma nova comunidade, seu propósito poderá ou não ser o mesmo para o qual foi designado o texto de partida.

A análise dos textos permite compreender como e porque são feitas transformações no texto traduzido. A começar pelo sujeito tradutor, o primeiro leitor do texto de partida, a construção de sentidos já se faz via condições de produção, ao textualizar a tradução, assumindo uma posição no discurso do texto traduzido, suas escolhas lexicais ficam evidentes na materialidade linguística. Sentidos são postos em funcionamento no texto traduzido, como foi possível compreender com as análises, as condições de produção, tanto em sentido estrito, o manual técnico, como em sentido amplo. A memória social trazida por algumas palavras presentes no texto, estão, a todo momento, funcionando no texto traduzido, seja para ainda buscar uma almejada noção de literalidade, ou para silenciar questões mercadológicas e os diferentes tipos de acessórios e serviços que as fabricantes podem oferecer para um determinado público-alvo, e não oferecer para outro.

A tradução de textos técnicos é passível de transformação, é produzida por um sujeito-tradutor inserido em um “ambiente” de tradução que, ao mesmo tempo, é regido pelas condições de produção do discurso e evoca o *skopos* da tradução. O ato tradutório é tão complexo, exige trabalho, reflexão, atenção. Em termos de função, ela cumpre seu papel, pois apresenta ao contexto de chegada um produto importado, produzido em um país onde a língua em uso é o inglês, do contrário, usuários do Brasil teriam inúmeras dificuldades em

usar os *smartphones* apresentados nos manuais analisados, exceto pelos falantes de língua inglesa.

Observando o discurso da tradução dos manuais entendemos que o poder, de fato, está em todo lugar, estamos a todo momento sendo perpassados pelas relações de poder que funcionam em nossa sociedade. Em Foucault (1987), conseguimos perceber que estas relações de poder estão intimamente ligadas ao conhecimento, saber é poder, ou seja:

“Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (FOUCAULT, 1987, p. 27).

Poder, saber, discursos, tudo está ligado pelas relações de poder, é impossível delas escapar. Saber implica relações de poder e estas se materializam no discurso.

Em nossa análise, pudemos perceber que o saber da tecnologia, detido pela fabricante, estabelece relações de censura no discurso do manual traduzido, a forma como o jogo ‘disponível’ – ‘não disponível’ está posto nos remete à formação discursiva da disparidade nos avanços tecnológicos entre os países, que embora disponham de tecnologia precária, não deixam de importar produtos recém-lançados por grandes fabricantes estrangeiras, como o Samsung. A regularidade ‘disponível’ – ‘não disponível’ constitui o discurso da tradução, coloca tradutor e texto em uma formação discursiva que objetiva isentar a fabricante de qualquer possível responsabilização, estabelece o que pode ser dito e o que deve ser interdito.

Este é o propósito da tradução, fazer chegar a outros destinos um texto antes desconhecido, no entanto, os efeitos de poder que se espera que este discurso apresente, já são negociados no momento da tradução, o texto traduzido nasce das relações de poder, a começar pelo cliente da tradução, aquele que dita o que deve, e o que não deve ser traduzido, o que deve ser inserido. O sujeito - tradutor, de sua posição no discurso, faz escolhas (sejam elas conscientes ou inconscientes), recorre a outros discursos que norteiam a

produção do discurso traduzido, colocando seus saberes em prática ele julga que termos são adequados, fundamentais para atender ao *skopo*. Uma vez produzido, o discurso traduzido, neste caso o manual técnico, também estabelecerá relações de poder com seu leitor, os saberes nele contidos nos dizem como proceder, como operar o equipamento, não temos controle total sobre o aparelho, pois, como vimos na análise das notas de aviso, o funcionamento do *smartphone* independe da vontade de seu usuário, pois está condicionado a uma rede muito maior de poder, uma rede à qual o usuário se submete ao optar por adquirir tal aparelho.

Analisar as relações de poder a partir de Foucault nos leva a uma interpretação crítica dos discursos que chegam até nós, pois, eles nos constituem. Somos sujeitos perpassados pelas relações de poder, é como Foucault (1980, p. 102) diz: “tudo isso significa que o poder, quando exercido através destes sutis mecanismos, não pode se não evoluir, organizar a colocar um saber em circulação, ou mais precisamente aparatos de conhecimento (...)”¹⁶.

A tradução, por ser uma disciplina nômade¹⁷, possibilita ser aliada com diferentes vertentes teóricas. No estudo realizado para esta dissertação foi possível compreender que são inúmeras as contribuições da Análise do Discurso Francesa e dos Estudos Foucaultianos para os Estudos da Tradução. Os pressupostos da Análise do Discurso Francesa permitem compreender o funcionamento dos sentidos dentro do texto traduzido, colaborando com a noção de que o texto traduzido é uma transformação do texto de partida, além disso, o sujeito tradutor é enxergado como (co) autor do texto da tradução, as marcas de subjetividade evidenciam seu trabalho, que vai muito além da transposição, é, de fato, um trabalho de ressignificação, negociação de sentidos.

Para esta dissertação, cujo objetivo central organizou-se em torno da busca pela comprovação que a tradução de textos técnicos não é um ato

¹⁶ “All this means that power, when it is exercised through these subtle mechanisms, cannot but evolve, organize and put into circulation a knowledge, or rather apparatuses of knowledge (...)” (FOUCAULT, 1980, p.102, tradução minha).

¹⁷ Segundo Antony Pym (1999), os estudos da tradução precisam aprender a ser nômades “homeless”, pois podem se adaptar a novos “lares”, não há um lugar único à tradução.

simplório e não opera por meios tradicionais, pois é transformação, observamos apenas dois tipos de recortes discursivos, os que evidenciam transformação e os que evidenciam a rede de relações de poder postas em funcionamento no discurso. Salienciamos que a união das disciplinas de Análise do Discurso Francesa e Estudos da Tradução é um campo que, por ser ainda pouco explorado, permite o desenvolvimento de muitas pesquisas e a observação de diversos outros aspectos, como, por exemplo, a subjetividade do tradutor. Entendemos que nosso trabalho é apenas um recorte possível, mas que se apresenta como contribuição para a área dos Estudos da Tradução e para tantas outras pesquisas que venham a ser feitas nesse viés teórico.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Signatura Rerum**. Torino: Bollati Boringhieri, 2008.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Ed Presença, 1980.
- AUBERT, Francis Henrik. Tradução técnico-científica e terminologia: um ensaio exploratório de uma via de mão dupla. **TradTerm**, n. 7, p. 42-52, 2001a.
- _____. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001b.
- _____. Indagações acerca dos marcadores culturais na tradução. **Revista de Estudos Orientais**, n. 5, p. 23-36, jun. 2005.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2. Ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- AZENHA JÚNIOR, João. Tradução técnica, condicionantes culturais e os limites da responsabilidade do tradutor. **Cadernos de Tradução (UFSC)**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-149, 1997.
- _____. **Tradução Técnica e Condicionantes Culturais**: primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- _____. Competência cultural e competência linguística na formação de tradutores e intérpretes: dois conceitos distintos? **Tradução em Revista**, n. 14, p. 121-136, 2013.
- BLUME, Rosvitha Friesen; PETERLE, Patrícia (org.). **Tradução e relações de poder**. Tubarão: Ed. Copiart, 2013.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- FERREIRINHA, Isabela M. Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010.
- FISH, S. **Is there a text in this class? The authority of interpretative**

comunities. Tradução Rafael Eugênio Hoyos. São Paulo: Alfa, v. 36, p. 189-206, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução: Roberto Machado. 24. ed. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault – uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux (1969). Trad. Bethania S. Mariani. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso.** Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p. 13-38.

HERMANS, Theo. **Translation's Other.** Aula inaugural da University College London, 19 mar. 1996. Disponível em: <http://eprints.ucl.ac.uk/198/1/96_Inaugural.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.

LEFEVERE, André. Why waste our time on rewrites? The trouble of interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm. In: HERMANS, Theo (Org.) **The manipulation of literature: Studies in literary translation.** London: Croom Helm, 1985, p. 215-243.

MARIANI, Bethania. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso.** Tubarão, v.3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

MITTMANN, Solange. **Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sobre uma perspectiva discursiva.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

NEWMARK, P. **A textbook of translation.** New York: Prentice Hall, 1988.

ORLANDI, Eni P. et al. **Sujeito e texto.** São Paulo: Educ, 1988.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e fundamentos.** 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

_____. **As formas do Silêncio:** No movimento dos Sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

OTTONI, Paulo. **A tradução manifesta: double bind e acontecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

PAVEAU, Marie-Anne, SARFATI, Georges-Elia. **As grandes teorias da linguística:** da gramática comparada à pragmática. Tradução M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p. 61-162.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. de Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** Tradução Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974.

STEINER, George. **Depois de Babel:** questões de linguagem e tradução. Tradução Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

TYMOCZKO, Maria. Ideologia e a posição do tradutor: em que sentido o tradutor se situa no “entre” (lugar)? In: BLUME, Rosvitha Friesen; PETERLE, Patrícia (org.). **Tradução e relações de poder.** Tubarão: Ed. Copiart, 2013, p. 115-148.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A caracterização de categorias de texto:** tipos, gêneros e espécies. Alfa. São Paulo: n. 51, p. 39-79, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VENUTI, Lawrence. **Escândalos da tradução:** por uma ética da diferença. Tradução Laureano Pelegrin et al. Revisão técnica Stella Tagnin. Bauru: EDUSC, 2002.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França:** uma retomada de percurso. Série Cogitare, v. 8. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.